

# **APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**

**Tiago André Pereira Carvalho**

---

**Relatório de Estágio  
do Mestrado em Jornalismo**

**MARÇO DE 2012**



Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à  
obtenção do grau de Mestre em Jornalismo realizado sob a orientação científica de  
António Granado, professor auxiliar do Departamento de Ciências da Comunicação  
da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

## DECLARAÇÕES

Declaro que este relatório de estágio é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

---

Lisboa, 31 de Março de 2012

Declaro que este Relatório se encontra em condições de ser apresentado a provas públicas.

O orientador,

---

Lisboa, 31 de Março de 2012

## **RESUMO**

## **ABSTRACT**

### **Relatório do Estágio do Mestrado em Jornalismo**

### **Internship Dissertation of the Master in Journalism**

**Tiago André Pereira Carvalho**

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa generalista, Jornalismo *Online*, Público, *Última Hora*

O relatório que se segue é a reconstituição possível de um período de três meses ao serviço do PÚBLICO *Online*, no âmbito da realização de um estágio curricular para concluir o mestrado em Jornalismo. Passa, por um lado, pela descrição das principais experiências dentro e fora da redacção, num período de mudança do diário, das tecnologias de informação e do próprio mundo. Por outro, compreende uma reflexão crítica e indagadora em torno das teorias apreendidas durante o mestrado e as tarefas executadas ao longo de cerca de 400 horas no principal jornal de referência nacional.

**KEYWORDS:** General Press, *Online* Journalism, Público, *Última Hora*

This report is the possible reconstitution of a period of three months in the PÚBLICO *Online*, in the framework of a curricular internship carried out to complete the Masters in Journalism. On one hand, it describes the main experiences both inside and outside the newsroom, in a period of change for the daily newspaper, for information technologies as well as for the world itself. On the other hand, it includes a critical and inquisitive analysis of the theories that were learnt during the Masters and the tasks performed throughout the 400 hours in the main national reference newspaper of record.

*Às árvores ascendentes, Graça Pereira e Manuel Carvalho,*

*Pela aposta, confiança e generosidade*

## AGRADECIMENTOS

Aos editores Sérgio B. Gomes e Luciano Alvarez

Aos colegas do *Online* Nicolau Ferreira, Cláudia Bancaleiro, Hugo Torres e JP Pereira

À Cláudia Carvalho, à Isabel Gorjão Santos, ao Mário Lopes e ao Ricardo Garcia

À Barbara Wong, à Paula Barreiros, à Vanessa Rato, à Ana Brasil e ao Luís J. Santos

Aos colegas-estagiários Catarina, Carla, Ana, Nídia, Joana, Bárbara, Daniel e Hugo

Ao professor e orientador de estágio António Granado

Aos meus pais e irmãos

Aos primos Dani, Teresa e Rita

Aos “vizinhos” *bicaenses* Filipa, Pasquale, Lai e Rui

À trupe da província Sílvia, Carlos, Dri, Tiago e Ália

Aos *Bravos da Nova* Tulha, Rita, Sara, Cátia e Torgal e Tiago Oliveira

Aos amigos de sempre Cris, Ed Ude, Cat Mano, Andrea e Daniela

Aos recentes amigos Annika, Dalila, Fontes, Lira, Ana, Góis, Fred e Nandos

À administração do IEC e da *Vizinha*

Aos *agentes provocadores* que não me venceram na luta contra as adversidades –

Doença, desemprego e *software*

Às bandas sonoras do estágio e do relatório –

Satie, Dead Combo, Nico, Elis Regina, Gonzales, Miles Davis, Arvo Pärt, Piazzolla, Coltrane, Laginha, Sassetti, Morricone, Badalamenti, Anna Calvi, Philip Glass, Alberto Iglesias, Charlie Parker, Louis Armstrong, David Lynch

## Introdução

O presente relatório de estágio corresponde à última fase de um mestrado profissionalizante em Jornalismo, oferecido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em sintonia com os padrões de Bolonha. Este documento é escrito na sequência de dois semestres de seminários e da realização de um estágio curricular de três meses na redacção de Lisboa do jornal PÚBLICO, a minha primeira escolha desde o ingresso no mestrado.

No artigo 3º do protocolo assinado por mim, pela instituição académica que frequento e pela direcção do PÚBLICO, ficou acordado que *“no final do estágio [deveria] ser apresentado um relatório que [compreenderia] uma reflexão crítica e informada da actividade realizada no seu âmbito, de acordo com os parâmetros estabelecidos no regulamento interno da componente não lectiva do curso de mestrado”*. No artigo 6º, por sua vez, é acrescentado que o estágio decorre da conjugação da *“disponibilidade do candidato a estágio”* e do seu interesse em adquirir *“novas competências por via do contacto com a vida prática”*.

Legalmente, é oportuno fazer um enquadramento justo: O *“estagiário não é trabalhador do PÚBLICO – Comunicação Social, S.A”*, nem o PÚBLICO a sua *“entidade patronal”*. No entanto, de acordo com o *Livro de Estilo* do jornal<sup>1</sup>, os jornalistas em fase de estágio profissionalizante são considerados *“colaboradores da redacção do PÚBLICO”*, tal como os *free-lancers*, e *“obrigam-se a aceitar os princípios gerais [inscritos na secção Princípios e Normas de Conduta Profissional] e comprometem-se a respeitar as normas constantes do Livro de Estilo”*.

Abro um parêntesis para dar conta das expectativas prévias ao estágio. Após uma licenciatura em Comunicação Social, concluída em Dezembro de 2005, que culminou num estágio na época semanário BLITZ, direccionado para o segmento da *música e cultura jovem*, de uma pós-graduação em Comunicação e Imagem e de colaborações várias e esporádicas em diversas publicações especializadas em Cultura, decidi ingressar no mestrado de Jornalismo. Motivos? No final deste ser-me-ia

---

<sup>1</sup> Consultar *Bibliografia*, p.47

oferecida a possibilidade de estagiar num órgão de comunicação de referência, de imprensa generalista, como o diário PÚBLICO. A oferta curricular incluiria disciplinas que me permitiriam fazer uma actualização do *state of art* do jornalismo actual (Novas Narrativas dos Media e Questões Contemporâneas do Jornalismo) e experimentar outras áreas do jornalismo que conhecia superficialmente, ao contrário da área cultural (Políticas Públicas e Jornalismo Especializado em Economia, Política e Justiça).

Confirmada a oportunidade de estagiar no PÚBLICO – uma referência como leitor assíduo desde os tempos da licenciatura em Coimbra e um diário em cuja redacção é possível sentir de perto a urgência de informar numa era digital em que o concorrência aperta –, além do portefólio *online*, enderecei ao coordenador de estágios do PÚBLICO um *Top 3* de secções em que gostaria de estagiar. Por esta ordem, selecionei as secções *Local*, *Sociedade* e *Cultura*. Na primeira reunião de estagiários que iniciariam a aventura a 4 de Julho – que atravessaria a chamada *silly season* – fui informado de que ingressaria a equipa de redacção do PÚBLICO *Online*, ficando reservada para mim a colaboração no *Última Hora* e episodicamente no suplemento *Fugas* e no canal *Life & Style*, este último à altura em fase de incubação. Pontualmente, por iniciativa própria ou a pedido, acabaria por colaborar com o *P2*, segundo caderno do PÚBLICO impresso, e com o *P1*.

O relatório que aqui arranca assentará na descrição das principais experiências dentro e fora da redacção ao serviço do PÚBLICO, num período de mudança do diário, das tecnologias da informação e do próprio mundo, bem como numa reflexão crítica e indagadora do que foi feito, do que poderia ter sido feito ou feito melhor. Não tem como objectivo dar cobertura a verdades absolutas, mas não se coibirá de colocar em perspectiva as teorias apreendidas durante a componente lectiva do mestrado em Jornalismo face a constatações resultantes da prática jornalística.

Esta reconstituição *a posteriori* de um estágio – que é sempre uma construção, uma narrativa em diferido, que reduz a intensidade, a absorvência e a adrenalina de mais de quatrocentas horas de experiência à superficialidade de dados momentos e feitos – será realizada à luz da história e a cultura jornalística no PÚBLICO e do estatuto editorial do PÚBLICO e da linha editorial do *Publico.pt*.



Na análise desta experiência profissional serão abordadas, mais ou menos exhaustivamente, problemáticas como a dependência do *Última Hora* das agências noticiosas e de agendas, os diferentes tempos e recursos da secção, a máquina trituradora do tempo ávida de *breaking news*, o perfeccionismo do jornalista-estagiário face à urgência da publicação, o lugar da reportagem e das *features* nos espaços de comunicação *Última Hora*, *Life & Style*, *P2* e *Fugas online*, o processo de selecção, produção e criação de notícias, as interacções do jornalista-estagiário com outros jornalistas e agentes, as idiossincrasias do ciberjornalismo, questões de deontologia e ética profissional, a relação e o cultivo das fontes, os géneros jornalísticos e a criação de valor na era da imprensa digital.

Em anexo são ainda facultados alguns exemplos – de entre cerca de oitenta artigos – que ilustram, dentro do possível, a diversidade de tarefas efectuadas no âmbito dos três meses de observação, aprendizagem e reflexão, bem como uma entrevista de fundo a Sérgio Gomes – à altura do estágio editor do *Última Hora* e agora editor de Plataformas e Multimédia – sobre os caminhos do jornalismo *online* no PÚBLICO, as suas expectativas face aos estagiários que passam pela redacção do jornal e os *curricula* dos cursos de Comunicação Social em Portugal.

## I. Entidade de acolhimento e envolvente externa

### I. 1. O PÚBLICO – Um jornal em Alta (Re)definição



Jornal diário, generalista, de referência. É deste modo que o PÚBLICO se tem posicionado no mercado dos *media* desde 5 de Março de 1990, data em que se estreou nos escaparates sob a direcção de Vicente Jorge Silva, depois de vários números zero.

Desde então, o Estatuto Editorial do jornal<sup>2</sup> mantém-se inalterado: O PÚBLICO é uma publicação inscrita numa “*tradição europeia de jornalismo exigente e de qualidade*”; apostada no equilíbrio entre “*rigor e criatividade editorial, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política e económica*”; em linha com o “*processo de mudanças tecnológicas e de civilização no espaço público contemporâneo*”. E precisamente por este último motivo, e pela crise que está a assolar o jornalismo em papel, o PÚBLICO está em fase de redefinição.

Enquadremos o jornal no campo económico. O PÚBLICO é propriedade da Público, Comunicação Social S. A. – uma empresa criada em Outubro de 1989 detida pela Sonaecom, uma *sub-holding* do Grupo Sonae para a área da Comunicação, que inclui no portefólio na área das telecomunicações a operadora Optimus e na área das tecnologias e sistemas de informação a BizDirect, a MainRoad, a WeDoTechnologies e a Saphety. Na área dos *media* a Sonaecom detém este “*jornal diário de referência*”, conforme se pode ler no *site* da empresa subsidiária do grupo presidido pelo empresário

---

<sup>2</sup> Consultar Anexo III. 1. e 2., alusivos ao Estatuto Editorial do PÚBLICO e do PÚBLICO.PT, respectivamente, pp.84-85.

Belmiro de Azevedo. A redacção de Lisboa do PÚBLICO situa-se inclusive, fisicamente, em dois andares de um edifício pertencentes à Sonaecom, na Rua Viriato, número 13, em Picoas.

As referências internacionais de jornalismo, orientadas pelos “*grandes princípios fundadores do jornalismo moderno*”, são claramente assumidas na introdução ao *Livro de Estilo do PÚBLICO*, escrita ainda antes do primeiro PÚBLICO ter visto a luz do dia. São elas os diários norte-americanos *The Washington Post* e *The New York Times*, o italiano *La Repubblica*, o espanhol *El País* e o francês *Le Monde*. Vinte e dois anos depois, estes títulos de imprensa podem ainda ser vistos na redacção do PÚBLICO, já não tanto em papel, mas nos ecrãs dos jornalistas como principais fontes de consulta de informação, embora haja muito mais vida nas suas janelas virtuais: *The Guardian*, *Reuters*, *The Independent* ou *BBC*. Ou – sinais dos tempos da *Web 2.0* –, um *Twitter*, um *Facebook* ou um *Youtube* como ferramentas mais recentes para aceder a novidades editoriais.

O jornalismo interpretativo, nas secções de *Política*, *Mundo*, *Sociedade* e *Cultura*, continua a ser o prato forte do jornal impresso, a par dos artigos de opinião nas últimas páginas do jornal. Nomes como Vasco Pulido Valente, Pedro Lomba, Rui Tavares, Francisco Assis e Miguel Esteves Cardoso fazem parte do actual painel de cronistas ou *opinion makers* do diário, quer na sua versão *online*, quer em papel. No passado, integraram, por exemplo, o elenco de colunistas o historiador Rui Ramos, as jornalistas Constança Cunha e Sá e Helena Matos e o jurista José Miguel Júdice.

Com uma tiragem diária de 51.473 exemplares, respeitando o formato *berliner*, o PÚBLICO tem como principais concorrentes diários, nas bancas, o *Diário de Notícias* e o jornal *I*. Já na Internet, se recorrermos ao agregador de notícias *Google Notícias*, onde a apresentação das notícias é mais fragmentária e diferentes *media* são dispostos lado a lado sem barreiras, a concorrência é mais vasta, diversa e discutível: do *Diário Digital* e do *PT Jornal* ao *Jornal de Negócios*, passando pelas edições *online* da RTP, da TSF, do *Diário de Notícias* e do *Jornal de Notícias*.

Após a saída em Setembro de 2009 de José Manuel Fernandes da direcção do PÚBLICO [que liderava há 11 anos] em diferendo com a redacção, a jornalista Bárbara Reis tomou conta dos comandos do jornal, tendo desde então como adjuntos Nuno

Pacheco e Miguel Gaspar. Para trás, na direcção, ficaram, além de Fernandes, nomes firmados do meio jornalístico como Jorge Vicente Silva, Francisco Sarsfield Cabral e Nicolau Santos.

Em *Um Novo Começo*<sup>3</sup>, o primeiro editorial da mais recente direcção, publicado a 1 de Novembro de 2009 – sem assinatura, embora a escrita deste seja assumidamente alternada desde então entre a direcção e uma equipa de cinco jornalistas – o passado recente do jornal não foi esquecido: *“Não escamoteamos o facto de ser nossa primeira obrigação repor essa credibilidade ameaçada, conscientes que estamos da percepção pública de um excesso de peso ideológico no jornal”*.

Voltar ao ponto de partida do jornal, à imagem de independência, é a linha que a direcção prefere realçar: *“Queremos garantir a sustentabilidade do PÚBLICO como projecto de referência, desenvolver novas plataformas de intervenção editorial, trabalhar para elevar os padrões e sermos líderes no rigor, na reportagem, na análise, na crítica cultural e na opinião. Vamos estar obcecados com a isenção, a investigação, a profundidade e os temas de proximidade”*. Também neste editorial é traçado um perfil percepcionado dos leitores do PÚBLICO: *“(Este) é o jornal dos leitores exigentes, curiosos e atentos, das pessoas que pensam e que querem que o seu jornal seja um instrumento para pensar mais. Os nossos leitores - 250 mil por dia - são pessoas que sabem e que querem saber mais. São os melhores - e os mais severos – leitores”*.

Desde o tal “novo começo” – antes, durante e depois de ter terminado o estágio –, o PÚBLICO tem sofrido várias alterações de conteúdos editoriais e de *design*. No período em que estagiei, o caderno principal do jornal impresso desdobrava-se, regra geral, nos marcadores *Destaque, Portugal, Mundo, Economia, Desporto, Sociedade, Editorial, Cartas À Directora, Bartoon, Opinião e Local*, contando com uma edição a norte e outra a sul. Além do primeiro caderno, o PÚBLICO tinha, de segunda-feira a sábado, o *P2* como segundo caderno [entretanto extinto] dedicado a artigos de fundo, a entrevistas e a reportagens propícias a uma leitura mais demorada e relaxada. Aos fins-de-semana, eram publicados os suplementos *Ípsilon* (Cultura e artes), *Fugas* (Viagens e lazer), *Inimigo Público* (Humor), que ainda hoje se mantêm no activo, embora com um *design* renovado. A revista *Pública*, que era publicada ao domingo na altura do estágio,

<sup>3</sup>

Consultar *Webgrafia*, p.47

foi entretanto extinta, dando lugar à revista 2, apostada em “*olhares diferenciados sobre a realidade nacional e internacional*”, de acordo com as suas editoras.

Coincidiram com a minha passagem pelo PÚBLICO Online, entre Julho e Outubro de 2011, a estreia dos canais digitais *Life & Style* e *P3* [apresentados neste relatório nas páginas reservadas ao PÚBLICO Online] e o lançamento do *Público Mais*, um projecto de jornalismo especializado, com a duração de dois anos, financiado pelas empresas EDP, Galp, Mota-Engil, Banco Santander Totta, REN e Vodafone. Em *Hoje nasce o PÚBLICO Mais*<sup>4</sup>, o editorial de apresentação do projecto no próprio jornal, Bárbara Reis lembrou que o *P+* tem como objectivo “*contribuir para o conhecimento e desenvolvimento da sociedade em quatro áreas, [como] Reportagem, Cultura, Ciência/Ambiente e Multimédia*”, preservando “*os valores intocáveis de rigor e independência*”.

Cerca de cinco anos depois da última reforma gráfica e da reorganização das secções do PÚBLICO sob coordenação do *designer* Mark Porter, o jornal em papel – e suplementos apensos – foi submetido a uma operação de *redesign* pelo mesmo designer e é desde então agrafado e mais pequeno. Justificação da direcção: “*O mundo mudou muitíssimo desde 2007 [altura em que não havia iPhones nem iPads] e, com essa transformação, mudou também a forma como hoje lemos notícias*”, pode ler-se em *O Papel do Papel e o Porquê da Mudança*<sup>5</sup>, editorial da edição do 22º aniversário do PÚBLICO, a 5 de Março de 2012. Esta novidade, acrescente-se, é um resultado de “*uma reflexão sobre como o PÚBLICO se queria aproximar dos seus leitores*”, à qual não foram alheios vários testes efectuados a partir de 26 de Junho de 2011 numa versão distinta do jornal ao domingo – assente na apresentação da actualidade de forma mais aprofundada no primeiro caderno. Também em Março de 2012 regressaram às páginas de jornal impresso as secções de *Cultura e Ciência*.

Dados de Março de 2012 do próprio PÚBLICO – citados no editorial supracitado – reclamam que, apesar das quebras nas vendas de jornais impressos a nível global, o jornal tem actualmente mais leitores do que alguma vez teve. Segundo a directora do jornal, por dia, 440 mil pessoas lêem o PÚBLICO em papel, 280 mil no

---

<sup>4</sup> Consultar *Webgrafia*

<sup>5</sup> Consultar *Webgrafia*

*online*, 35 mil no iPhone e 16 mil no iPad [leitores activos]. No *online*, o PÚBLICO é líder entre os jornais generalistas. Por mês, o PÚBLICO atingiu 10 milhões de visitas e 44 milhões de *pageviews*.

E porque um jornal não é publicado nem actualizado sem jornalistas, no que toca às redacções do Porto e de Lisboa, podem-se contar cerca de 150 jornalistas, entre redactores e *freelancers*, coadjuvados por vários estagiários de jornalismo e *design*. Durante o período em que estagiei no PÚBLICO estavam espalhados pelas várias secções da redacção de Lisboa oito estagiários de jornalismo, que foram imediatamente substituídos por igual número de estudantes estagiários.

## I. 2. Público Online – Última Hora e novos canais digitais



Durante o Verão de 2011, no âmbito de uma estratégia de reforço e aposta do PÚBLICO na Internet, dois canais arrancaram exclusivamente no PÚBLICO *Online*: o *site* satélite *Life & Style* – dedicado a estilos de vida e relações, ao bem-estar e a novas

tendências de moda e beleza – e o *P3* – um projecto financiado pelo QREN, resultante de um consórcio entre o PÚBLICO, a Universidade do Porto e o INESC Porto, dirigido ao público mais jovem, dos 18 aos 25 anos, cujo mote é “*Tratamos tudo por tu*” – da Cultura à Precariedade, passando pelos *cyborgs* e pelos “Vícios” como as redes sociais.

Em entrevista de apoio à escrita deste relatório<sup>6</sup>, Sérgio B. Gomes, editor de Plataformas e Multimédia, considera estas novidades “*mais-valias que vieram acrescentar coisas*” ao PÚBLICO. Por exemplo, “*o P3 veio falar de pessoas com uma determinada faixa etária para a qual não estávamos a falar, para estudantes, para pessoas mais novas. Acho que tínhamos assim uma aura de jornal para público mais sério e tal. E se calhar [isso afastava] os adolescentes*”. Por sua vez, o canal *Life & Style* – um projecto já existente em versões *online* de jornais como o *Independent* ou o *Guardian*, orientado pelo mesmo estatuto editorial do PÚBLICO, de acordo com Ana Brasil, a sua coordenadora e editora, e criticado duramente por vários jornalistas do PÚBLICO durante e depois do período de lançamento – veio trazer uma abordagem mais descontraída a uma marca conotada com a seriedade.

Estes projectos são os últimos investimentos no *online* e são apresentados aqui para contar em retrospectiva, a partir de agora, a história do PÚBLICO na Internet, cujos primórdios remontam a 1995. Cinco anos após surgir em papel, o PÚBLICO surge na rede, a 22 de Setembro, numa versão *online* “serviços mínimos”, numa altura em que o ciberjornalismo se encontrava ainda numa fase muito incipiente em Portugal. Publicava, então, na Internet, só alguns artigos da versão em papel. Posteriormente a edição impressa passou a estar disponível na íntegra na *World Wide Web*.

Em Maio de 1999 arrancou, sob a coordenação e edição do jornalista José Vítor Malheiros, com uma redacção própria, o *Última Hora*, um serviço autónomo de produção de notícias e outros conteúdos próprios, em actualização permanente, dentro do *Publico.pt*. A actualidade – nacional e internacional, em tempo real, acessível em todo o mundo, desdobrada nas notícias mais importantes do dia, publicadas de imediato, ao contrário da versão em papel – era o seu principal motor, embora os fundadores do serviço enjeitem a ideia de que o *site* fosse, e seja, um mero receptáculo de *breaking*

---

<sup>6</sup> Consultar Anexo I, p. 49. Nota: Esta entrevista de fundo a Sérgio B. Gomes, um jornalista veterano do PÚBLICO Online e um dos editores desta plataforma durante o meu estágio, será a partir de agora citada várias vezes ao longo do relatório, facto que exclui futuras notas de rodapé referentes a este documento.

*news*, apostando também em reportagens, *soft news*, multimédia, infografias, gráficos, vídeos, análises e *features*.

Sérgio B. Gomes, a trabalhar no *Última Hora* desde o seu parto, diz que ainda hoje o “combustível” de uma *página online* são as *breaking news*, embora considere que a redacção deva trabalhar a vários ritmos e abrir espaço a outros géneros jornalísticos. As notícias de última hora devem ser acompanhadas de artigos de “profundidade e contextualização”, acrescenta, admitindo um “desajuste grande” entre o espaço dedicado às *breaking news* (80%), multimédia (10%) e *soft news* (10%).

A segmentação dos artigos jornalísticos em secções coincidiu, desde o início, com a da edição em papel. Entretanto, às secções originais têm sido somados novos canais digitais – já mencionados – e blogues. Numa longa lista de sites e blogues satélites, podem-se destacar, hoje, o canal do *Fugas* – suplemento dedicado a viagens, prazeres e motores que tem também edição em papel – ou blogues de alguns jornalistas e convidados do PÚBLICO, alusivos à gastronomia, à Provedoria do Leitor, à tecnologia, à fotografia, à televisão e às ciberescritas. O mais recente blogue anexado procura ser, conforme se pode ler na entrada do *Público Lab*, “uma redacção aberta para a Internet, um jornal virado para a comunidade e uma forma de acompanhar as novidades do PÚBLICO”<sup>7</sup>. O último *post* aí publicado dá acesso a um inquérito online destinado aos leitores do jornal, de modo a conhecê-los melhor.

No que diz respeito aos recursos humanos da redacção do *Última Hora* – enquadrada na redacção do PÚBLICO Online, sob a direcção executiva de Simone Duarte –, tive durante o estágio como editores Luciano Alvarez e Sérgio Gomes, embora, na ausência destes, outros jornalistas tenham editado artigos meus, como o João Pedro Pereira, a Cláudia Bancaleiro, o Ricardo Garcia, o Nicolau Ferreira, o Hugo Torres, a Ana Brasil, o Tiago Luz Pedro, o Luís J. Santos ou a Isabel Gorjão Santos. Entretanto, com a formalização da figura de editor de Plataformas e Multimédia, assumida depois do meu estágio por Sérgio Gomes, o Vítor Ferreira passou a editar o *Última Hora* com o Luciano Alvarez. A propósito, Sérgio Gomes considera os recursos humanos ao serviço do *site* insuficientes: “Hoje é inevitável que olhemos outra vez para

---

<sup>7</sup>

Consultar *Webgrafia*



*a redacção do online como sendo a secção que deve ser engordada e as outras emagrecidas”.*

Quanto ao perfil dos jornalistas, a versatilidade é referida como um factor diferenciador: *“São globetrotters, que fazem uma notícia do que quer que seja, que não têm prurido de fazer uma notícia de Economia ou de Desporto, porque estar no online é um pouco isso. A maioria tem de ter esse perfil generalista e isso não invalida que os jornalistas tenham também as suas áreas de especialização”*, vinca o editor de Plataformas e Multimédia. No seu entender, um jornalista nesta redacção deve ainda estar à vontade com as tecnologias, com os computadores e *gadgets*, com as ferramentas multimédia, que admite, porém, estarem aquém do desejável na redacção. Regista, no entanto, que os jornalistas já começaram a ver a edição impressa e *online* como complementares e que se estão a esbater as fronteiras entre os jornalistas exclusivos do papel e do *online*: *“Os jornalistas que estão em princípio ligados ao papel têm a preocupação de fazer valer os seus textos e de enviar por iniciativa própria os seus textos para o online”*.

Falamos de um *site* alimentado entre as 7 e as 23 horas – sem a figura do piquete nocturno – por cerca de 15 jornalistas presentes na redacção do *Última Hora*, com o auxílio de outros jornalistas das secções ditas autónomas. No portal são publicadas em média mais de 100 notícias por dia, em secções como *Política, Economia, Internacional, Educação, Cultura, Sociedade, Desporto, Ecosfera, Local, Ciências, Tecnologia e Media*, sendo as áreas de maior visibilidade e leitura a *Política, a Sociedade* e o *Mundo*. Por sua vez, o pico de leituras acontece entre as dez e o meio-dia.

No *Última Hora*, a predominância do texto e da fotografia num contexto de convergência tecnológica dos modos de comunicar e informar está relacionada com o meio onde o PÚBLICO nasceu, de acordo com a visão de Sérgio Gomes: *“O nosso parto foi feito a partir de um jornal, cuja matéria-prima é letras, é tipografia, é papel. O texto continua a ter um protagonismo grande no ecrã de computador ou noutros suportes como os tablets. E a fotografia obviamente [está] quase ao mesmo nível”*.

O modelo editorial e de plataformas do *Última Hora* e do PÚBLICO *Online*, tal como o pagamento dos conteúdos *online* [alguns exclusivos para assinantes e utilizadores registados], ainda hoje são discutidos com grande fervor na redacção, num

ambiente de encruzilhada mediática e de novos desafios comunicacionais. A par do hipermédia [i.e. da convergência não-linear de vários *media*, como a fotografia, o vídeo e o som num único suporte, de acordo com o filósofo e sociólogo norte-americano Ted Nelson que cunhou o termo no início dos anos 1960], o PÚBLICO começa a estar mais interessado no oposto, defende Gomes: “*a explosão da mesma coisa em vários suportes*”. Um exemplo recente é a edição do PÚBLICO exclusiva para *tablets*.

Num *site* que é visitado diariamente por cerca de 280 mil leitores, com a maioria dos conteúdos não pagos [fora artigos de opinião, o jornal do dia e os suplementos na íntegra] e uma fraca procura de conteúdos pagos, a publicidade continua a ser a principal receita do PÚBLICO *Online*, além dos serviços de alertas para companhias de telemóveis e das revistas de imprensa.

Quanto ao futuro do PÚBLICO *Online*, o editor de Plataformas e Multimédia lança um olhar sobre como o *Última Hora* pode ser mesmo mais do que um reservatório de *breaking news* – emanadas pela Lusa ou com o selo do jornal: “*É preciso que [a redacção] seja mais maleável e é preciso mudar o conceito editorial daquilo que fazemos online. [Necessitamos de] jornalistas vocacionados e verdadeiramente interessados em olhar para o suporte online como um sítio onde as suas 'estórias' podem viver bem, onde podem ser lidas por muitas pessoas e onde têm um espaço privilegiado para se mostrarem. É preciso dar condições e espaço a essas 'estórias' para viverem também online*”. E o que se faz com os 250 mil amigos numa rede social como o Facebook? “*É uma massa tão grande que obviamente nos obriga a olhar para aquele espaço com olhos de ver e dar um conceito editorial àquele espaço também*”.

## **II. Da Universidade à redacção do PÚBLICO Online**

### **II. 1. Descrição da natureza dos trabalhos e tarefas concretas no estágio**

Comecemos por apresentar, neste segundo capítulo, dados objectivos da *rotina produtiva*, ou seja, do conjunto de “*processos mecanizados de produção de informação*”<sup>8</sup>. O estágio curricular de cerca de 400 horas no PÚBLICO decorreu nas instalações da delegação de Lisboa, em Picoas, entre 4 de Julho e 4 de Outubro de 2011, regra geral, de segunda a sexta-feira, entre as 15 e as 23 horas na editoria do *Última Hora*, foco central da redacção do PÚBLICO Online.

Estamos perante uma secção situada no mesmo piso das editorias e/ou secções de *Fotografia*, do *Mundo*, do *Fugas*, do *Life & Style*, do *P2*, da *Pública* e do *Ípsilon*, onde se pagina e fecha o jornal em papel. Directores e adjuntos, *designers*, *copydesks*, fotojornalistas, jornalistas estagiários e veteranos reúnem-se neste mesmo espaço, onde comunicam, trocam ideias e esclarecem dúvidas, seguem a actualidade e vão compondo o jornal do dia seguinte em conjunto, dentro do possível. Também é aqui que tem lugar a base redactorial da actualização ininterrupta, ao minuto, do *site* do PÚBLICO, com ligações telefónicas e electrónicas a todas as secções localizadas neste ou no piso de cima – e ainda à delegação do Porto.

Três meses foram suficientes para compreender que a disposição de uma redacção como a do PÚBLICO – um espaço aberto – permite presenciar a momentos relevantes da rotina e da história do jornal, e proporciona interacções mais ou menos frequentes entre profissionais e a troca de informações em primeira mão, o que seria menos viável se as ilhas de produção de informação funcionassem fisicamente isoladas.

A propósito da rotina produtiva, convém desmontar certos mitos sobre as funções de um estagiário de jornalismo numa redacção como a do PÚBLICO. A gasta ideia do “estagiário que serve cafés” cai por terra quando se trabalha neste jornal e se tem espírito de iniciativa e ideias para concretizar através de um artigo. Aliás, no dia-a-

---

<sup>8</sup> Designação para *rotinas produtivas* pela socióloga norte-americana Gaye Tuchman na alvorada dos anos 1970. Consultar *Bibliografia*.

dia, a diferença de tratamento de um jornalista assalariado e de um estagiário por um superior é relativamente reduzida, salvo raras excepções.

Outra ideia falsa merece ser desmistificada: estagiar durante grande parte da chamada *silly season* não tem que desembocar necessariamente numa experiência aborrecida ou *soft*, inclinada para a escrita e publicação de notícias frívolas, leves ou *fait-divers*. Para combater esta tentação é necessário escavar, investigar, indagar, procurar mais acontecimentos noticiáveis e propor projectos realistas, de modo a fugir à dependência dos *telexes* das agências – que caem ininterruptamente na Intranet do jornal – e das agendas que são endereçadas para o correio electrónico do *Última Hora* – a que tive acesso desde o início, como qualquer jornalista do *online* – para influenciar e/ou condicionar a agenda do próprio jornal.

De qualquer modo, o Verão de 2011 não foi propriamente estéril em acontecimentos ou efemérides para que a monotonia se instalasse na redacção. Passemos em revista alguns acontecimentos ocorridos entre Julho e Outubro de 2011. Lá fora: captura e morte de Kadafi, massacre na Noruega, motins em Londres, escândalo *News Of The World* e subsequente fecho, última viagem do Atlantis, onda de protestos em Israel, Furacão Irene, votação da proposta de reconhecimento da Palestina como Estado no Conselho de Segurança da ONU, o movimento Occupy Wall Street e o impasse no aumento do limite da dívida pública nos Estados Unidos. Cá dentro: descidas de *rating* da República por agências de notação financeira, fim das *golden shares* do Estado na EDP, na Galp Energia e na PT, descoberta do buraco financeiro e eleições na Madeira, eleição de Seguro como secretário-geral do Partido Socialista, crise da dívida portuguesa, fuga de informação nas secretas, aumento dos preços dos transportes públicos e do IVA, anúncio de várias imposições da *troika* no âmbito do plano de austeridade, avanços e recuos nos tribunais nos casos Duarte Lima e Isaltino Duarte. Como efemérides, destacaram-se os cem dias de governo e os dez anos sobre a tragédia do 11 de Setembro nova-iorquino.

Apesar de o *Última Hora* viver muito do trabalho sedentário e de eu ter sido recrutado particularmente para alimentar este espaço num determinado período da tarde-noite, aconteceu-me fugir a hábitos rotineiros: trabalhei a um sábado, aquando de uma cobertura de uma manifestação da CGTP, fiz algumas transcrições de entrevistas em casa ao fim-de-semana ou após o horário de expediente e saí ainda da redacção em

reportagem ou para algumas entrevistas, realizadas dentro e fora de Lisboa. Enviei artigos para a redacção via *e-mail*, durante a madrugada, como foi o caso de *A Poesia que fugiu dos bares da capital e subiu à Estrela*<sup>9</sup>, uma reportagem em torno de uma noite de *Slam Poetry*, no Jardim da Estrela, no início de Julho. Às 9h30 da manhã do dia seguinte o artigo estava publicado *online*.

Isto significa que o trabalho para o jornal não se confinou ao horário estabelecido inicialmente, nem à redacção do jornal, nem ao *PÚBLICO Online*. Aliás, se uma certeza se pode levar desta profissão é a de que o labor de um jornalista não termina necessariamente quando este desliga o computador na redacção e vai para casa. A realidade, uma boa “estória”, tropeça nele de vez em quando e a ideia para um artigo pode surgir bem longe de um computador ou de um editor.

Integrado na equipa do *PÚBLICO Online*, tive a oportunidade de alimentar várias secções. Esta caminhada transversal, por várias secções e diversos temas – exactamente o que pretendia, depois de anos apostado exclusivamente na Cultura – só me foi possível por ter sido escolhido para a redacção *online*. Colegas estagiários que ficaram em secções específicas – como *Sociedade* ou *Cultura* – não tiveram espaço de manobra para saltitar de área para área como eu tive.

Aliás, o estagiário do *PÚBLICO Online* terá que por ser necessariamente um jornalista generalista, como admite Sérgio Gomes na entrevista em anexo, ao afirmar que os que entram ali deverão ser “globetrotters, *que fazem uma notícia do que quer que seja, que não têm prurido de fazer uma notícia de Economia ou de Desporto*”. E isso é um facto que posso confirmar por experiência própria: podemos não saber muito acerca de natação de longo curso ou do universo dos corretores de bolsa, mas, animados por um espírito de curiosidade, investigação e rigor, por uma cultura geral razoável e recorrendo a técnicas do jornalismo apreendidas ao longo do percurso académico e profissional, podemos ter ao final do dia duas *soft news* no *online* sobre a preparação da nadadora veterana Diana Nyad para uma viagem, a nado, entre Cuba e a Flórida, sem jaula de protecção, ou um artigo de fundo sobre Alessio Rastani<sup>10</sup>, um corretor

---

<sup>9</sup> Consultar Anexo II, pp. 63-66, ou <http://tiagopereiracarvalhonopublico.wordpress.com>

<sup>10</sup> Consultar Anexo II, pp. 66-68

independente que admitiu à BBC sonhar há três anos com uma recessão global para fazer dinheiro.

Neste sentido, ao longo do estágio, acabei por escrever – por iniciativa própria ou por solicitação dos editores - artigos para as secções *Cultura e Tecnologia*, *Mundo e Sociedade* especialmente, mas também para *Economia*, *Media*, *Política*, *Ciências*, *Local*, *Ecosfera* e *Desporto*. Quanto mais especialistas existiam ou se encontravam na redacção para determinada área, menos eu contribuía para essa secção. O contrário aconteceu com secções com desfalques de pessoal, em determinadas alturas do estágio, como as de *Sociedade*, *Mundo e Tecnologia*.

É oportuno, nesta fase, aludir à natureza do trabalho realizado e algumas das tarefas concretas que realizei solitariamente ou em grupo. Não é rigoroso afirmar que fiz apenas jornalismo no PÚBLICO. Foi sem dúvidas o prato forte, mas houve outros trabalhos que se afastavam dessa natureza. Fui recrutado, por exemplo, por alguns dias para editar, adaptar e inserir conteúdos já publicados em papel no *back office* do canal *Life & Style* antes do seu arranque na *web*, já que a equipa do canal era minúscula. Foi-me solicitado que traduzisse para o mesmo canal digital uma receita gastronómica publicada no *Los Angeles Times* – um parceiro do PÚBLICO – ou um *telex* da Reuters, no dia dos atentados na Noruega, para o *Última Hora*. Também me foi pedido algumas vezes que disponibilizasse no *Última Hora* conteúdos que saíram no jornal do dia, algumas horas depois de o jornal ter saído para as bancas, ou ainda que escrevesse um texto de autopromoção do PÚBLICO.

Terei que destacar, neste contexto, um trabalho que me roubou tempo para outras tarefas mais estimulantes e criativas, que, de resto, não é um trabalho exclusivo de estagiários. Apesar de ser um trabalho necessário e rotineiro num *Última Hora*, deixou-me frustrado por ser demasiado mecanizado e longe do que considero ser o jornalismo, embora obedeça a algumas regras do mesmo. Refiro-me ao exercício quase diário – nem por isso tão distante do processo de *gatekeeping* analisado por David Manning White em meados do século XX, ressalvadas as diferenças tecnológicas e uma mais vasta quantidade de fontes – de ler *telexes*, geralmente com origem na agência Lusa, seleccionar os que considerava obedecerem a critérios de noticiabilidade que transformam um acontecimento numa notícia, e pedir uma decisão final ao editor. Depois de aprovada pelo editor a futura publicação da notícia, era altura de avançar para

outros exercícios: Passar o artigo do novo acordo ortográfico para o antigo acordo ortográfico [já que Lusa e PÚBLICO não coincidem neste ponto]; escolher a fotografia mais adequada à informação textual de uma bem apetrechada base de fotografias de arquivo do PÚBLICO e de agências noticiosas como a AFP ou a Reuters – instalada no sistema SMART – para comunicar com a notícia; identificar o autor da fotografia; escrever a legenda; titular a notícia; e indexá-la a uma secção (*Internacional*, p.e.). No caso de a notícia ser demasiado extensa, e fosse impossível encolhê-la, recorria à criação de um intertítulo para dividir a notícia em dois textos, facilitando a leitura da audiência.

É importante referir que a diferença de critérios de noticiabilidade<sup>11</sup> que guiavam a selecção de notícias pelos editores com que trabalhei – à qual a subjectividade não era alheia – poderia fazer de um dia de contacto com os *telexes* da agência Lusa um dia muito diferente do dia anterior. Um editor defendia que, não havendo nada a acrescentar ao *telex*, não se devia dar a notícia. Outro tinha a propensão para publicar quase todos os *telexes* da Lusa no PÚBLICO *Online*. Um defendia que a secção Local devia estar bem representada diariamente, mesmo que por vezes essa opção passasse por emitir informações sobre casos de faca e alguidar em Alguidares-de-Cima. Outro desprezava a secção *Local* e preferia a cobertura de *hard news* nacionais e internacionais.

Às vezes era pedido algo mais desafiante, embora pouco criativo, em que o poder de síntese era fulcral. Podia-se partir, neste caso, para uma mescla de duas ou mais notícias numa só, como aconteceu com uma notícia escrita a partir de várias reacções de autarcas, emitidas às prestações na Lusa, acerca de propostas avançadas pelo executivo sobre a reforma da Administração Local. Outras vezes, ainda que raras, era ainda possível fazer uma notícia mais desenvolvida e completa do que o *telex* que nos chegava à Intranet com recurso a outras fontes, humanas ou documentais não mencionadas no *telex*. Porém, no *Última Hora*, se falarmos em *breaking news* e na obsessão de se ser o primeiro a dar a notícia, o prato principal deste canal de informação, é um facto que nem sempre haveria tempo para ir além da notícia da agência. Visto de dentro, poderemos dizer que não serão, regra geral, a preguiça ou a

---

<sup>11</sup> Importância dos protagonistas do acontecimento, interesse público ou nacional, além da lei da proximidade do acontecido ou o número de indivíduos envolvidos no acontecimento são alguns *valores-notícias*, conforme a teorização de Mauro Wolf. Consultar *Bibliografia*.

inaptidão do jornalista que estão em causa. Um editor pode ver mesmo com naturalidade que se publiquem *telexes* atrás de *telexes* sem remorsos, mas com cuidados.

A propósito desta dependência da agência noticiosa nacional por excelência, que por vezes é muito criticada entre jornalistas e leitores, a par dos “*copy-paste*”, o editor Sérgio Gomes desdramatiza: “*Devemos continuar a dar notícias das agências, traduzir telexes. Sempre se fez no jornal. Às vezes o acrescento não vale a pena. É dizer a mesma coisa por outras palavras*”. Recordo, neste sentido, algumas tentativas goradas de “*ir mais longe na informação*”, um tópico em destaque no *Livro de Estilo* do PÚBLICO: depois de um *telex* da Lusa que dava conta que a associação ambientalista algarvia Almargem defendia a deslocalização da Concentração de Motards da área protegida integrada no Parque Natural da Ria Formosa, procurei contactar a Almargem, para pedir que me explicassem alguns pontos menos claros da sua posição no *telex*, mas não consegui aceder a declarações do porta-voz da associação nem de outros membros, mesmo depois de vários telefonemas e de insistências.

Outro caso: aquando de uma notícia veiculada pela Lusa sobre o cancelamento de vários concertos no Optimus Alive, e da iminência de não acontecer um dos mais aguardados espectáculos da noite, o dos 30 Seconds To Mars, devido a um problema técnico na estrutura do palco, tentei telefonar várias vezes para o assessor da Everything Is New, entidade que organizou o festival, e para um dos jornalistas do PÚBLICO em reportagem no local sem sucesso. Por vezes, é líquido que o esforço humano em acrescentar algo aos *telexes* nem sempre compensa num contexto de corrida contra o tempo para dar em primeira mão uma notícia no *online*.

Sérgio Gomes defende, neste contexto, que o importante é assumir esta dependência das agências com seriedade: “*Nós investimos muita importância na assinatura. Em alguns casos, valem zero. É importante é que tenhas a responsabilidade de, ao ler e reescrever o telex ou ao acrescentar coisas, saber exactamente o que estás a fazer, a editar verdadeiramente o telex, ou a assumir que aquilo está certo ou verificar se aquilo está certo. (...) Estamos a republicar material de agência e somos nós os responsáveis por isso. O Provedor [do Leitor] vem ter connosco quando publicamos uma coisa da Lusa que está errada. Não vai ter com a Lusa.*”



No que concerne aos sinais de rotina de produção informativa – que de acordo com a socióloga Gaye Tuchman, invocada por Jorge Pedro Sousa, contribuem para conformação das notícias, dado que “*as organizações noticiosas esforçam-se por rotinizar o seu trabalho, de forma a assegurar que a produção de informação se faça sem grandes sobressaltos ou complicações*”<sup>12</sup> –, devo lembrar que também houve, muitas vezes, espaço para recolha, selecção, processamento e hierarquização da informação de forma mais relaxada e aprofundada. Depois da leitura das principais notícias da manhã em casa, na redacção a tarde começava geralmente, na Internet, com a abertura do *e-mail* do PÚBLICO, dos principais títulos *online* de imprensa, do Twitter, da Intranet [que dava acesso aos telexes das principais agências nacionais e internacionais], do sistema de gestão de conteúdos do Viatecla e de um dicionário multilingue *online*. Todas estas eram ferramentas de trabalho – pontos de partida, fontes de informação – para a pesquisa de informação menos óbvia. Depois de encontrar alguma “estória” passível de ser contada, ou um acontecimento ou problemática passíveis de serem transformados em notícias ou reportagens, propunha-os ao editor, que iria avaliar o seu interesse público, a pertinência da escrita e da publicação. Outras vezes, era o editor ou uma colega do Ípsilon – Cláudia Carvalho – que me propunham que pegasse em “estórias” que estavam a merecer ser contadas e publicadas no *Última Hora* ou no *Ípsilon* online. Estas colaborações aconteciam sobretudo para secções onde havia menos recursos humanos disponíveis, ou por estarem em férias ou por serem constituídas, de facto, por uma equipa muito reduzida.

Por exemplo, o *P2* enquadrava-se nesta realidade de limitação de recursos humanos. As editoras – Bárbara Wong, Vanessa Rato e Paula Barreiros – não tinham uma equipa definida e definitiva de jornalistas a trabalhar para o segundo caderno. Acontecia então pedirem a alguns jornalistas na redacção – de secções diferentes – para colaborarem ou para proporem olhares mais aprofundados sobre a actualidade, convertidos em reportagens, entrevistas ou *soft news*. Neste contexto, fui “roubado” duas vezes à redacção do *Última Hora* para alimentar uma série do *P2* intitulada *Portugal – Viagem pelo país surreal da toponímia*, dirigida pelo jornalista Luís Francisco. O facto de ter que me deslocar até duas localidades fora de Lisboa – Deixa-O-Resto, no Alentejo, e Pó, na zona Oeste – para escrever dois artigos permitiu-me

---

<sup>12</sup>

Consultar *Bibliografia* alusiva ao autor Jorge Pedro Sousa

deixar a cadeira e ir para o terreno, afastando-me por dois, três dias, literal e simbolicamente, da rotina diária da *Última Hora*. Primeiro, para fazer o reconhecimento dos lugares e abordar as fontes humanas locais, e depois para compor os textos, mais próximos do registo literário, sem nunca descolarem, contudo, do jornalismo. No final, havia sons a reouvir com mais atenção, muitos apontamentos no bloco de notas, várias vozes gravadas para “desgravar” e, dadas as pressões de *deadlines* apertadas, estas duas “reportagens” acabaram por ser tudo menos trabalhos relaxados, como a leitura dos mesmos parece transparecer. O primeiro artigo, sobre Pó e a origem deste topónimo, inclusive, foi escrito sob condições muito precárias, com muito cansaço à mistura, da noite para a manhã, depois de perder um dia de escrita por um erro alheio, logístico. No final da escrita, o problema era numérico: o dobro dos caracteres estipulados para um espaço limitado em papel, ao contrário do que acontecia no *online*. A prova foi, por fim, superada, apesar destas adversidades. Tanto que fui recrutado para escrever um segundo artigo para a série da toponímia, *Deixa-O-Resto – À Vontade do Freguês*<sup>13</sup>, depois de me ser reconhecido o perfil para aquele tipo de texto pela editora Bárbara Wong.

Mais tarde, com um à-vontade conquistado junto da editoria do *P2* e por considerar pertinente desenvolver uma notícia que passou despercebida nos jornais num espaço como o segundo caderno, propus à editoria do *P2* uma reportagem de retratos – uma entre várias provas de fogo dentro deste género jornalístico e o meu último artigo para o PÚBLICO, publicado várias semanas depois de ter finalizado o estágio, já em Janeiro de 2012 – sobre os dois anos do programa *Casas Primeiro*, que retirou 65 sem-abrigos com doença mental da rua e os alojou em casas individualizadas.

O artigo *Da rua para casa e de casa para o trabalho ou para a universidade...*<sup>14</sup> foi escrito com base em testemunhos de alguns utentes que voltaram entretanto ao mundo académico e do trabalho e em testemunhos institucionais (a IPSS que levou este projecto avante e o Instituto da Segurança Social, que o está a monitorizar e a financiar). O trabalho levantou problemas metodológicos e deontológicos, sobretudo quando um dos entrevistados não quis que a sua cara, nem as suas mãos (para aludir ao trabalho como repositores que estava a fazer no âmbito de um estágio profissional no El Corte Inglés) fossem fotografados, quase deitando por terra um trabalho que teria mais sentido

---

<sup>13</sup> Consultar *Anexo II*, p. 69

<sup>14</sup> Consultar *Anexo II*, pp. 70-71

e mais força se, a par do texto, tivesse os retratos dos três utentes entrevistados e não apenas de dois. Também a identificação da doença mental de cada um me suscitou algumas dúvidas, sobretudo quando a técnica da IPSS que os acompanha regularmente temia que fossem ainda mais estigmatizados e incompreendidos depois da reportagem avançar com esses dados. Até porque dois dos três entrevistados não admitiam ter as doenças de que padecem cronicamente.

Foi importante ter sido comunicado nos primeiros dias de que o *Última Hora* não era um mero receptáculo de *breaking news*, de *hard news* e que havia espaço para contar “estórias” sem que o número de caracteres fosse um obstáculo à escrita das narrativas. O editor Sérgio Gomes, que me editou durante quatro semanas, chegou a dizer-me: “*Enquanto [o texto] tiver interesse, continua a escrever*”, a propósito de um artigo sobre os cinquenta anos da Renault 4L que me foi proposto escrever depois deste facto ter sido lembrado, num texto curto alusivo à efeméride do dia no P2. Segundo o editor, a abordagem teria que ser distinta da assumida pelo jornalista Luís Francisco em papel, que era focada nas principais características funcionais da 4L. Em *O carro “blue jeans” celebra hoje 50 anos*<sup>15</sup> – o título que escolhi para colorir o acontecimento e chamar a atenção do leitor – não esqueci essas particularidades, mas procurei falar do simbolismo, das memórias e das emoções agregadas a este ícone do *design* automóvel. O artigo é o resultado de uma pesquisa exaustiva, já que apresentar um texto insípido a meio da tarde sobre uma efeméride do dia não faria sentido. Enquadrei, então, o carro temporalmente no segmento dos automóveis icónicos e recuei ao início da sua história – falei dos seus contemporâneos Trabi o WV Carocha e de Dreyfus. Citei referências culturais, nacionais e internacionais, que trazem à memória a “Quatrelle” – um filme do Jacques Tati, a série “Zé Gato”, a frota dos CTT. Enumerei fóruns de discussão, *sites* de venda de R4 usados e actividades que reúnem coleccionadores e apaixonados por este carro – 4 Clube Portugal, Fórum da Audi, etc. Dei voz a um blogue pessoal de um aficionado, a um excerto de uma entrevista ao PÚBLICO por um professor de Design e ao portal especializado em novas tendências *Design Boom* que dedicou uma fotogaleria aos 50 anos do 4L – daí saiu uma equiparação deste carro às “blue jeans” e a frase “*Eram e são máquinas de guerra. O lema tuga (sic) era que a 4L ia onde não iam os jipes*”, e a ideia adiantada pelo professor de Design Paulo Barata de que este carro foi o

---

<sup>15</sup>

Consultar Anexo II, p. 72-74

primeiro SUV [*veículo* utilitário desportivo]. No final, para fazer uma ponte entre o passado o presente, recuperei uma notícia recente sobre a interdição da circulação de veículos, como este, anteriores a 1992, sem catalisador, na baixa pombalina e na Avenida da Liberdade por razões ambientais.

Desde o início, nunca me foi dado a conhecer um plano definido pelos editores para cada dia de trabalho, nem uma exigência de um mínimo de produção diária, embora os *deadlines* fossem, regra geral, o próprio dia em que pegava numa notícia. No caso de artigos mais complexos – caso de entrevistas e reportagens – podia ter entre três a quatro horas e uma semana para organizar o material recolhido e para escrever.

Houve dias em que escrevi dois ou três artigos de fundo, noutros estive exclusivamente a monitorizar *telexes* da Lusa. Outras vezes, estava com trabalhos em mãos para o *P2*, o *Fugas* ou para o *Life & Style* – canal para o qual fui recrutado numa fase em que havia poucos recursos humanos nessa secção e onde publiquei uma série, ao longo de cinco semanas, sobre cinco *bloggers* nacionais de moda e estilo e uma entrevista de fundo à jovem actriz Catarina Wallenstein – que tiveram que ser interrompidos para actualizar a página do *Última Hora*. Ou vice-versa: o editor do *online* poderia dispensar-me da leitura e selecção de *telexes* para dedicar-me a outros trabalhos mais complexos, como por exemplo uma reportagem *in loco* sobre a renovação do Cais do Sodré. Nesse caso, o artigo acabou por ser publicado no *Fugas* online, mas também na secção *Local – Lisboa* do *Última Hora*. Aliás, essa repescagem, duplicação ou adaptação de conteúdos para vários espaços do PÚBLICO era comum. Assim, vi vários artigos que escrevi e publiquei no *Última Hora* serem publicados, por exemplo, no *P3* ou mesmo publicados no primeiro caderno do PÚBLICO em papel.

Em suma, fora as centenas de *telexes* tratados e publicados, acabei por escrever e publicar cerca de oitenta artigos, particularmente *online*, embora também tenha visto publicados em papel dois artigos no caderno principal, três no *P2* e um no *Fugas*. A não publicação de outros – poucos – artigos deveu-se ao facto de outros jornalistas já estarem a escrevê-los antes de mim, sem que mo tivessem avisado, resultado de uma falha de comunicação que pode acontecer quando a carga de trabalhos do editor é estonteante.

Regra geral, os artigos foram preparados e escritos na solidão – eu, uma página de *Word*, uma série de *sites* abertos, o telefone ao lado para a eventualidade de ter que contactar fontes –, não havendo propriamente um acompanhamento regular dos editores, até porque lhes faltava tempo. Como admitiu o editor Sérgio Gomes, “*no online temos muita dificuldade em acompanhar os estagiários*”. Restava uma ou outra chamada de atenção, a comunicação de alguns dados que poderiam ser relevantes para a escrita do artigo, um esclarecimento de uma ou outra dúvida quanto à forma ou a uma informação menos clara, durante ou depois da edição.

O momento de colaboração entre jornalistas que maior destaque merece, neste relatório, aconteceu aquando de um dos trabalhos mais desafiantes que realizei para o PÚBLICO: a cobertura da manifestação da CGTP do dia 1 de Outubro. Aceitei o repto lançado pelo editor Luciano Alvarez na véspera para me confrontar, movido por um sentimento entre a adrenalina e o pânico de ter que publicar o artigo no dia do protesto para o *Última Hora*, com um medo latente de lidar com a pressão do tempo. Foi-me então facultado um iPod, para contactar os meus colegas que estariam na redacção naquele sábado, para ir adiantando informações sobre a marcha a partir da rua. Tarefa que cumpri, depois de contactar forças policiais e representantes da Intersindical para me indicarem números de manifestantes e após ter registado algumas palavras de ordem, notas de ambiente e opiniões de manifestantes. Na redacção, o meu colega Hugo Torres estaria a actualizar informações sobre a manifestação que eu lhe ia transmitindo, confrontando-as com aquelas que recebia via Lusa. Até aqui tudo correu bem na parceria.

Terminado a marcha, o líder da CGTP à época, Carvalho da Silva, começa a alongar-se nas palavras em palco e eu a sentir a urgência de passar para reportagem os imensos dados que fui anotando e registando no gravador. Telefonei, então, para a redacção para comunicar que não posso demorar-me muito mais no Rossio para a reportagem não perder a pertinência de publicação e que tenho que ir para casa “desgravar” os sons – já que na redacção não existia o *software* necessário para transferir os ficheiros áudio a partir do gravador digital. Eis que me comunicam que estava outro jornalista no terreno, da secção de Política, a cobrir o discurso de Carvalho da Silva. Isto significa que houve uma brutal falha de comunicação – e alguma inexperiência da minha parte – e que poderia estar há mais de meia hora a trabalhar no artigo para o publicar mais cedo. Foi publicado por volta das 21 horas, quando poderia

ter sido publicado pelas 20h30. Ainda assim, apercebi-me que as informações que fui enviando coloriram as notícias do colega que ia escrevendo na redacção e acrescentei informações importantes que não constavam dos *telexes* da Lusa, como por exemplo alguns tópicos de uma Resolução da Intersindical que me foi entregue pela assessora de imprensa em mãos, depois de ser identificado como jornalista. As notícias acabaram por ser assinadas por vários jornalistas, incluindo eu. Por sua vez, a reportagem “*As gomas são um direito, sem gomas nada feito*”<sup>16</sup> foi assinada exclusivamente por mim – não obstante discordar do título escolhido pelos colegas da redacção que editaram o texto por considerar sedutor, mas redutor para evocar uma manifestação do alcance social daquela.

Outras – muito poucas – tarefas foram realizadas em conjunto. Nelas tive um papel secundário, de auxílio a outros jornalistas. Nos primeiros dias de estágio fui chamado por uma jornalista que estava a fazer uma investigação sobre os Estaleiros de Viana do Castelo para me deslocar à Casa da Moeda para consultar o arquivo e fotocopiar o relatório de contas da empresa. Também na altura do massacre na Noruega foi-me pedido, no âmbito de uma cobertura mais completa do acontecimento, que traduzisse um *telex* da Reuters sobre eventuais suspeitos do massacre.

Para organizar melhor os dias seguintes de labuta, pedi aos editores, logo no início do estágio, para me irem reencaminhando as agendas quinzenais e semanais, que incluíam efemérides e eventos coligidos pelo PÚBLICO, mesmo estando ciente que a agenda noticiosa do jornal não devia nunca andar a reboque das agendas políticas, corporativas ou empresariais. Fazia esta solicitação apenas para ver se havia interesse em escrever algo a partir dessas referências pré-programadas. Caso houvesse, podia preparar o artigo com alguma antecedência.

Desta agenda, sublinhei, nos primeiros dias de estágio, em que procurava fugir à rotina dos *telexes* da Lusa, a apresentação de um livro chamado “Polícias À Portuguesa – Take 2”, ou um “*projecto de jornalismo cívico*” – como lhes chamaram os autores – no Museu Nacional de Arqueologia. O editor acolheu a minha ideia, passou-me de imediato o livro para as mãos e disse-me para preparar-me para o dia seguinte, para ler alguns capítulos do manual, o que acabei por fazer. Foi interessante perceber como este

---

<sup>16</sup>

Consultar Anexo II, pp. 75-77

tipo de evento foi preparado. Mesmo antes da decisão de escrever um artigo, o livro tinha sido endereçado para o PÚBLICO, com um *press release* da editora. Antes da apresentação do livro, os jornalistas foram recebidos pela assessora de imprensa da editora, que os abordavam como Relações Públicas, e tinham direito a um *buffet* num requintado museu. A apresentar o livro esteve Fernando Negrão, ex-director geral da Polícia Judiciária.

Depois de ler parcialmente o livro, de me inteirar dos recentes projectos do governo para as forças policiais e aceder a um contacto de um dos autores do livro, ficou claro na minha cabeça que o ângulo de abordagem a seguir não seria fazer a cobertura do evento mediático em si, mas incidir nas problemáticas denunciadas e suscitadas pelo livro. Mais do que assistir passivamente a uma apresentação confortável de um livro, entre amigos, interessou-me entrevistar o etno-sociólogo Mário Contumélias, co-autor do livro e ex-jornalista, que tem uma visão muito crítica sobre a forma como o jornalismo “*que se institucionalizou e governamentalizou*” tem tratado estes temas. Recordo-me que, chegado à redacção, ao final daquela tarde de meados de Julho, quis concluir o artigo – editado e publicado por um colega do *online* ainda naquele dia por volta da meia-noite com o título *Depoimentos revelam a vida de risco dos polícias portugueses*<sup>17</sup>. No dia seguinte o editor disse-me que podia ter publicado o artigo dia seguinte, sem urgência. Naquela altura, a questão dos *timings* de publicação ainda não tinha sido compreendida por mim.

No campo dos *acontecimentos inesperados*, conforme a terminologia de Gaye Tuchman, daqueles que não podem esperar para ser noticiados, cito o exemplo de uma notícia dada em primeira mão pelo PÚBLICO em Portugal, a da morte do pintor Lucian Freud, antes de qualquer agência noticiosa. Esta terá sido a notícia em que senti mais a adrenalina e a urgência de uma notícia de “última hora”. Num momento aparentemente calmo, no final de um dia rotineiro, pelas 20 horas, em que passava os olhos pela *homepage* do *New York Times*, dou de caras com o obituário do artista plástico que reinventou a arte figurativa, neto de Sigmund Freud. A notícia tinha sido publicada há 8 minutos e tinha como fonte William Acquavella, galerista de Lucian Freud.

---

<sup>17</sup>

Consultar Anexo II, pp. 78-79

As agências ainda não tinham publicado qualquer informação sobre o assunto, mas as duas fontes que avançavam com a notícia – o galerista e o jornal de referência – pareciam o suficientemente credíveis para considera verdadeira a informação. Depois de ter comunicado ao editor tal notícia, foi-me pedida uma das primeiras provas de fogo do estágio, duas semanas depois do início: dar a notícia em primeira mão, o mais depressa possível, primeiro através de um título, um *lead* e um pequeno parágrafo, uma espécie de breve que se tornaria numa notícia mais detalhada, à medida que ia acrescentando nova informação sobre o autor e a sua obra. Tratava-se de uma chamada “*notícia em actualização*”. O editor e uma colega familiarizada com a pintura do artista que se encontrava na redacção àquela hora sugeriram-me que fosse à Encyclopedia Britannica *online* – para consultar a biografia - e que lesse uma entrevista dada por Freud em 2010 – uma das últimas – no Centro George Pompidou, em Paris, e publicada no PÚBLICO. Estas foram as principais fontes para partir para a escrita de um obituário para o *Última Hora*, que seria editado e publicado parágrafo a parágrafo. Pesquisei contudo, outras fontes, nacionais, para tentar descobrir se alguma das suas obras se encontrava exposta e onde poderia ser vista em Portugal. Descobri uma informação relevante, com a qual fechei o artigo: “Naked Girl With A Egg”, um quadro de Lucian Freud estava patente na Fundação EDP, no Porto, desde a semana anterior, no âmbito de uma exposição composta por obras da colecção do British Council seleccionadas pela pintora Paula Rego. Enquanto escrevia, era preparada uma fotogaleria alusiva ao pintor para acompanhar o meu texto. Neste caso, era oportuno que, além de frases fortes da sua autoria e de aspectos biográficos obrigatórios pespegados no artigo, mostrássemos a tónica das suas pinturas – corpos obesos, desproporcionados e enrugados – através de imagens de quadros seus.

Em actualização permanente, esta notícia foi escrita aos poucos com a pressão do tempo, durante aproximadamente uma hora, com direito a pequenos aperfeiçoamentos do texto. A pedido do editor, com vista a torná-lo mais apelativo, o próprio título – que inicialmente era mais seco e meramente objectivo [*Morreu o pintor Lucian Freud*], foi alargado, com um aposto, para descrever o que melhor poderia representar a obra e o estilo do artista. Depois da leitura das várias referências, fez sentido chamar-lhe “*Morreu Lucian Freud, o pintor do corpo e da carne*”<sup>18</sup>, depois de

---

<sup>18</sup>

Consultar Anexo II, pp. 80-81



várias tentativas menos bem conseguidas. A notícia – como acontecia frequentemente com os obituários, como o de Richard Hamilton, o “pai da *pop arte*”, que também ajudei a escrever às prestações – chegou num ápice ao primeiro lugar das mais lidas do *Última Hora*.

Dois meses depois, realizei um exercício idêntico – de notícia em actualização, parágrafo a parágrafo - a propósito do fim dos norte-americanos R.E.M, desta vez a partir de uma notícia já divulgada, da qual constava apenas um título, um breve *lead* e dois parágrafos nos quais apenas se fazia referência à fonte da notícia e a uma súmula dos principais álbuns publicados pela banda ao longo das três décadas de existência. A estas breves linhas, acrescentei quatro parágrafos de retrospectiva da banda, para dar corpo a uma notícia com pouco *background*, que apenas marcava o ponto. Ao artigo foi anexado um videoclip – material multimédia - de uma das canções mais populares do trio da Geórgia.

No campo das *running stories*, pode ser mencionada uma investigação exclusiva do jornal britânico *The Guardian* a que dei cobertura dois dias seguidos na secção *Mundo*, numa altura em que a equipa estava reduzida a uma colega dessa secção no *online*, a Isabel Gorjão Santos, a quem prestei auxílio com várias *soft news* ao longo de algumas semanas. Segundo pesquisas efectuadas na Internet, esta notícia foi publicada, a nível nacional, antes da Lusa ou qualquer órgão de comunicação social nacional concorrente, mais uma vez pelo sentido de oportunidade que resultou de estar à hora certa no sítio certo, o *site* do *The Guardian*. No dia 11 de Julho, ao final do dia, o jornal inglês avançava que a “CIA tentou obter ADN da família de Bin Laden com (uma) falsa campanha de vacinação”<sup>19</sup>, com a cumplicidade de um médico paquistanês, que entretanto fora detido pelos serviços secretos do Paquistão no âmbito de uma investigação para averiguar os contornos do raide que culminou na morte do ex-líder da Al Qaeda.

A história merecia ser contada, sobretudo dado o mistério que envolveu este raide cerca de dois meses antes, no Paquistão, e o peso que esta novidade e denúncia constituíam. Esta notícia granjeava ainda atenção por surgir numa altura em que o chefe do Governo da Casa Branca admitia à ABC que esta operação – entendida pelo

---

<sup>19</sup>

Consultar *Anexo II*, pp. 82-83

Paquistão como uma violação à sua soberania territorial – tinha deteriorado as relações diplomáticas entre Islamabad e Washington. A esta notícia acrescentei outra informação divulgada nesse mesmo dia 11 de Julho, o facto de o Comité Internacional da Cruz Vermelha ter alertado para o facto da violência se ter agravado no Paquistão desde a morte de Bin Laden e ter crescido o clima de suspeição em torno dos estrangeiros no país. Um dado curioso desta investigação – assinada pelo *The Guardian* a partir de Abbottabad, onde morreu Bin Laden – é o facto da CIA se ter recusado a comentar esta notícia com contornos polémicos.

No dia seguinte, o *Guardian online* publicava novos avanços sobre a degradação das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Paquistão. Era notícia a pressão de Washington sobre Islamabad para libertar o médico paquistanês e transferi-lo e à sua família para os EUA, dado o eventual veredicto de pena de morte para o médico que cooperou com os serviços secretos norte-americanos, uma ilegalidade aos olhos da lei paquistanesa. A esta informação foram adicionados, na segunda notícia sobre o assunto, mais dados de contextualização para rematar o artigo.

Se houve tarefas que me foram incumbidas que não me causaram qualquer dúvida deontológica ou ética, também houve aquelas que me foram solicitadas, que jamais teria levado a cabo, se tivesse autonomia total para tal. Cedendo a superiores hierárquicos, acabei por efectuar-las, mesmo tendo exposto as minhas reservas ao editor. É deles que falarei nos próximos parágrafos.

No dia 13 de Setembro, o editor do *Última Hora* naquele dia passou-me um *link*, via e-mail (cujo remetente original era o director adjunto do PÚBLICO Miguel Gaspar), de um artigo de opinião do portal Instituto Poynter, uma escola dedicada ao estudo dos *media* e do jornalismo. Nesse texto, a directora do *site*, Julie Moos, elegia a primeira página do PÚBLICO alusiva ao décimo aniversário do 11 de Setembro como uma das 25 “*mais comoventes*” a marcar a efeméride. Foi-me pedido para escrever uma notícia a dar conta desse feito. As minhas reticências iniciais face ao pedido mantiveram-se depois de ler o artigo. Este não passava apenas de uma opinião pessoal, da directora do portal, que não representa a equipa do Poynter, ao contrário do que o título escolhido para a “notícia” do PÚBLICO acabaria por iludir. Titular o texto como *Capa do PÚBLICO do 11 de Setembro entre as 25 melhores para o Poynter* não é rigoroso, soando assim mera autopromoção desproporcionada. Na minha perspectiva esta é uma

*não notícia* que não merecia publicação, a não ser que este *ranking* tivesse resultado da votação de vários especialistas do portal. No final, optei por assinar como “PÚBLICO”, e não o meu nome, visto não me identificar com a orientação da notícia, nem com o título, e porque o texto me parecia mais próximo de uma nota da instituição.

Outra tarefa que me foi solicitada e que me suscitou problemas deontológicos à partida foi a tradução de um *telex* da Reuters, no dia 22 de Julho, por alturas dos atentados na Noruega. A nota tinha como título em inglês *Norway attack: Likely suspected groups*. Na verdade, não iria efectuar um trabalho jornalístico da minha autoria – iria traduzir de inglês para português uma nota de uma importante agência noticiosa internacional que teria assinatura da Reuters – mas fiquei intrigado com o facto de um jornal de referência como o PÚBLICO admitir publicar um artigo sobre suspeitos exclusivamente islamistas árabes ou europeus. O tom da nota da Reuters, posteriormente publicada no PÚBLICO acompanhada de uma fotografia de um terrorista árabe, roçava o anti-islamismo, sendo redutora e especulativa, quando os atentados ainda não tinham sido sequer reivindicados. Como se os autores do massacre só pudessem vir do mundo árabe. Na própria entrada, os nomes árabes destacavam-se: “*Algumas organizações militantes islamistas têm estado envolvidas em ameaças de ataques na Europa, como a Al Qaeda, o Movimento Islâmico do Uzbequistão, Lashkar-E-Taiba, e a Al Shabaab*”. Os factos vieram a contrariar esta onda de especulação e a zona de conforto que é assumir que o perigo vem de fora. Mais tarde, soubemos que o autor do atentado era Anders Behring Breivik, um norueguês, que ironicamente queria salvar a Europa do multiculturalismo e da “invasão muçulmana”.

## **II. 2. Fontanário – As fontes de informação na torrente ilíquida digital**

*“O perfil do jornalista que procura insaciavelmente a cacha (...) corresponde a uma espécie que rarifica. Porque se assiste a uma progressiva centralização das fontes. Porque as novas tecnologias permitem, cada vez mais, que todos tenham acesso a tudo. Assim, para além da obtenção da notícia, em si, o importante para o jornalista actual passa a ser o seu tratamento, a maneira como aproveita, as ilações que dela consegue*

*extrair*”<sup>20</sup>. Esta ideia, assinada por José Rebelo em 2000 no livro *O Discurso do Jornal – O Como e o Porquê*, não é nova, mas continua a fazer sentido, merecendo uma menção no âmbito de um breve capítulo sobre as fontes de informação como recursos para a construção de notícias.

Ainda que na condição de estagiário, há sempre uma carteira de fontes a criar, a avolumar e a gerir durante o curto período em que se passa por uma redacção – em três meses, o cultivo de uma relação com uma fonte é difícil, mas deve ser procurado a todo o custo. Nem sempre é possível, se não houver continuidade no contacto. No *Livro de Estilo do PÚBLICO* pode ler-se que “o jornalista do PÚBLICO deve alimentar uma relação assídua com as suas fontes de informação, na base da responsabilização, confiança e respeito mútuos”. É lembrado ainda que uma fonte é sempre uma “parte interessada, logo parcial e incompleta”. Isto significa que será preguiçoso, perigoso e parcial o jornalista munir-se apenas de uma fonte para a elaboração de um artigo. Mostrar os vários lados de uma questão e confrontar fontes antagónicas é portanto imprescindível num jornal rigoroso como o PÚBLICO.

Para a fonte de informação, ao telefone ou ao vivo, um estagiário é um jornalista do PÚBLICO. Um estagiário não se identifica como tal, o que lhe confere uma responsabilidade similar à de um jornalista nos quadros. Eis o que nos é transmitido na primeira e única reunião de estagiários pelo jornalista Vítor Ferreira. No meu caso, o ponto de partida não foi o zero. Tinha algumas fontes preservadas de outras experiências no ramo do jornalismo ou de outras andanças.

Essas fontes de informação – “toda e qualquer entidade que possua dados susceptíveis de serem usados pelo jornalista no seu exercício profissional” – podem ser de várias índoles, conforme as catalogou Jorge Pedro Sousa em *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*<sup>21</sup>. Humanas, documentais ou electrónicas; internas, externas, mistas; activas ou passivas; oficiais estatais e não estatais ou oficiosas; informais; estáveis ou pontais; locais, regionais, nacionais, internacionais. Durante o estágio, contactei ou consultei praticamente todo estes tipos de fontes.

---

<sup>20</sup> Consultar *Bibliografia*

<sup>21</sup> Consultar *Bibliografia*

Comecemos por identificar a imprensa de qualidade como uma fonte. À entrada no estágio, foi importante atender ao facto de o *Livro de Estilo* do PÚBLICO aludir a algumas referências que servem de fontes nucleares ao exercício do jornalismo num diário de referência. São os casos do *The Washington Post*, *The New York Times* e do *El País*. As outras fontes noticiosas foram aparecendo por recomendação de editores, outros colegas de redacção ou mesmo por descoberta própria, no decorrer de pesquisas pela Internet e através de outros contactos pessoais.

Imperioso é também mencionar aquelas fontes a que recorri mais frequentemente, senão diariamente. Começando pelas agências noticiosas, como a Lusa, Reuters, EFE e AFP. Já quanto a jornais e revistas disponíveis na *web* – generalistas ou especializados – era comum ter abertas as *homepages* do *Guardian*, *New York Times*, *El País* e *El Mundo*. Como já referi, foi nestas páginas que encontrei “notícias em primeira mão”, que ultrapassaram a primazia e a instantaneidade das agências de informação. Notícias como um livro de memórias do compositor Philip Glass, a morte de Lucian Freud ou uma investigação exclusiva em torno do raide que culminou na morte de Bin Laden foram descobertas nas versões *online* do *Guardian* ou do *New York Times*.

Outros jornais disponíveis *online* passaram-me pelos olhos, depois de citados pelas agências ou por outros jornais: *The Independent*, *New York Post*, *Los Angeles Times*, *Sidney Morning Herald*, *Times Of India*, *Hong Kong Economic Times*, *Daily Telegraph*. Ir à raiz das notícias, aos jornais nacionais dos países citados pelas agências noticiosas, revelou-se uma tarefa essencial. Num mundo mediático ainda muito marcado pela onnipresença de fontes ocidentais, anglo-saxónicas, chego à conclusão que o desconhecimento de outras línguas além do inglês, do português e do espanhol podem limitar-nos na pesquisa de informação e, inclusive, formatar-nos.

Para temas mais específicos, artigos de fundo, nas áreas de *Tecnologia*, *Sociedade*, *Economia* ou *Cultura*, recorri particularmente a *sites* especializados: à *Wired*, à *Forbes*, ao *Economist*, ao *Financial Times*, ao *Wall Street Journal*, ao *Washington Post*, à *Vanity Fair*, *Rolling Stone*, *Hollywood Reporter*, *Art Newspaper*, *Artforum*, *SonicScoop.com*, *Drownedinsound.com*, *Bodyspace.net*, *Pitchfork*, *Huffington Post*, *Sabotage Times*, *PressEurop* e *New Yorker*. Também houve *sites* de televisões e rádio por onde circulei no decorrer das pesquisas: *ABC*, *CNN*, *BBC* e *Sky News*.

Ainda durante o estágio, o programa GESCO - Gestão de Conteúdos e Meios de Comunicação Social, S.A - teve um papel importante nas pesquisas de trabalhos já publicados na imprensa nacional sobre temas que gostaria de abordar. O *You Tube*, citado por outras fontes, serviu de fonte, quando os vídeos estavam no centro da notícia. Os vídeos virais – do explosivo corretor da bolsa Alessio Rastani ou do músico Herbert a explicar um álbum conceptual em torno do ciclo de vida de um suíno – revelam novas formas de comunicação que transcendem os órgãos de comunicação social tradicionais e que os colocam numa posição subalterna e ultrapassada no tempo.

Ainda no campo das fontes electrónicas poderemos realçar a importância de redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter* – e o *Twitter* é uma ótima ferramenta para um jornalista, tendo alterado a sua rotina produtiva e a forma deste aceder a algumas fontes – e dos blogues, além dos fóruns de discussão ou dos *sites* especializados para recolher alguns dados para a escrita de vários artigos. *Sites* e blogues de empresas/editoras/produtoras [citamos a Apple, a Tor/Forge, a Google, a Gray Daisy Films, que serviram de apoio à escrita de algumas peças] e *sites* oficiais de artistas [casos de Vincent Gallo, REM, Hank Williams, Matthew Herbert, Stephen King, Sulki&Min] foram consultados para sustentar notícias vagas sobre estas pessoas e assuntos apensos. *Sites* de organismos e eventos [CGTP, AIEPS, Instituto de Cidadania, PhotoEspaña, CERN, TIFF, Departamento de Fomento ao Emprego dos EUA, Harud, NASA, a feira ChinaJoy] também foram pesquisados para acrescentar ou confirmar informações endereçadas por agências de comunicação ou agências noticiosas.

Registei ainda os comunicados de imprensa que serviram apenas como ponto de partida e nunca como suporte único para a escrita de notícias [e neste estágio estes pontos de partida vieram de fontes tão distintas como a Asociación de Mujeres Meretrices de la Argentina, o Serviço de Comunicação da Gulbenkian, a FAO, a Babel, a Experimenta Design, a BBC ou a Cristina Guerra Contemporary Art], exemplos de fontes activas que por vezes pretendem o seu espaço no jornal e que só o terão se o jornalista e o editor o deixarem. Noutro sentido, *sites* oficiais, como o da Assembleia da República, foram úteis para verificar informações oficiais ou para procurar documentos. No campo das fontes documentais, podemos ainda referir estudos e relatórios para consulta na Internet ou enviados por *e-mail*. Materiais como prospectos, cartazes, autocolantes, agendas, enciclopédias virtuais também serviram de ferramentas de apoio.

No que toca a fontes humanas – consultadas presencialmente, por *e-mail* ou através de telefonemas – há que referir que neste estágio acabei por contactar gente tão diversa como o professor da UTAD José Luís Lousada, manifestantes de um protesto agendado pela CGTPP, elementos da PSP, os sindicalistas da CGTP, a assessora de imprensa do Instituto da Segurança Social Maria Helena Silveirinha, a técnica do AIEPS Inês Almas, o professor de Psicologia Aplicada José Ornelas, três beneficiários do programa *Casas Primeiro*, elementos das juntas de freguesia de Santo André e de Pó, habitantes de Pó e Deixa-o-Resto, os *bloggers* de moda e estilos José Cabral, Mónica Lice, Artur Araújo, Catarina Pinto e Ana Garcia Martins, a agente de marcas Madalena Castro, a actriz Catarina Wallenstein, os proprietários e programadores de discotecas do Cais do Sodré, os programadores de torneios de *slam poetry* Ana Reis e Mick Mengucci, *slammers*, a vice-presidente da Fundação Yehudi Manuhin Marianne Poncelet, o sociólogo Mário Contumélias e o político Fernando Negrão. É importante referir ainda que os colegas jornalistas e fotojornalistas acabaram por servir de fontes, nem que fosse para dar sugestões de fontes a contactar para dada peça jornalística.

Duas notas a respeito de duas questões basilares apontadas no capítulo do *Livro de Estilo do PÚBLICO* alusivo à relação do jornalista com as fontes. Recusei o pedido da agente da actriz Catarina Wallenstein para enviar-lhe a entrevista antes de ser publicada no canal *Life & Style*. “*Os jornalistas do PÚBLICO não mostram as suas entrevistas aos entrevistados antes de serem publicadas*”, eis uma regra infrangível. Consegui ainda identificar uma fonte pelo nome próprio e pela função, num artigo sobre a blogger Ana Garcia Martins, que queria apenas identificar-se como “*a direcção do Clix*”. Caso não aprovasse esta identificação, retiraria do artigo a informação disponibilizada por esta fonte. “*A identificação – e a individualização – da fonte favorece a autoridade e a credibilidade da informação*”, lembra o *Livro de Estilo* do PÚBLICO.

Deixo ainda em aberto a possibilidade do próprio *background* do jornalista-estagiário poder ser considerado uma fonte preciosa para o exercício da sua profissão e a nota, não menos curiosa, do duplo papel da Internet, como fonte e veículo de informação em simultâneo.

### III: Reflexões, inflexões e outras questões

No capítulo anterior – além da descrição de diversas actividades realizadas no âmbito do estágio no PÚBLICO *online* – foram abordadas inevitavelmente algumas reflexões apenas às práticas relatadas. Neste capítulo, continuaremos na senda do questionamento e da exposição de alguns problemas teóricos e metodológicos sentidos ao longo desta experiência, tentando confrontar as teorias e as práticas apreendidas e vivenciadas no âmbito do mestrado e do estágio.

Naturalmente – porque um estágio de três meses num órgão de comunicação é insuficiente para chegar a conclusões peremptórias e assertivas – serão colocadas mais perguntas do que dadas respostas sobre o jornalismo no PÚBLICO ou ainda sobre o posicionamento desta actividade e dos seus profissionais na era digital. Cruzaremos, no entanto, dúvidas e reflexões pessoais com ideias de teóricos da comunicação sobre o *state of art* do jornalismo e ainda com considerações de Sérgio B. Gomes, um jornalista *online* e actual editor de Plataformas e Multimédia do PÚBLICO, que viu nascer o serviço *Última Hora* em 1999 no *Público.pt*.

Fixemo-nos um pouco num *statement*, aparentemente consensual: um jornalista que escreve para o *online* não é necessariamente um ciberjornalista. E não é em três meses que um estagiário do PÚBLICO *online* se transformará num ciberjornalista, especialmente quando a formação e a prática multimédia – quer nas unidades curriculares da componente lectiva de um mestrado de Jornalismo, quer na redacção – são próximas do zero. Como assume Gomes na entrevista em anexo, o tempo para acompanhar os estagiários é pouco. Como também o é para os outros jornalistas. E não se fabricam ciberjornalistas da noite para o dia.

Numa redacção como a do *Última Hora*, por exemplo, a urgência imediata está ainda em responder célere e eficazmente à actualidade, não em ensinar os jornalistas a editar um vídeo ou a contar as “estórias” recorrendo a novas linguagens visuais e à convergência de vários *media* num único suporte. Segundo Gomes, no PÚBLICO, a aposta no *online* ainda é deficiente: “*Hoje é inevitável que olhemos outra vez para a redacção do online como sendo a secção que deve ser engordada e as outras emagrecidas*”. E os próprios meios técnicos e tecnológicos são escassos: “*Não temos, muitas vezes, as ferramentas multimédia. Gostaria de ter muito mais licenças de*



Premiere para editar vídeo, mais câmaras 5D para filmar em HD [alta definição] ”. Tal como os recursos humanos e a sua formação são um constrangimento, acrescenta: *“Há um potencial imensíssimo no multimédia que não estamos a aproveitar. Quantas pessoas é que sabem fazer edição de vídeo numa redacção com 150 jornalistas? Podem-se contar se calhar pelos dedos de uma mão. Dificilmente tiraremos partido [dos recursos multimédia] se não renovarmos a redacção e não dermos formação nessa área e condições para [os jornalistas] trabalharem nessa área”*.

Por sua vez, este profissional do ciberjornalismo admite que as universidades e a nova geração de jornalistas – a referência aqui são os estagiários que tem passado pela redacção do PÚBLICO online ao longo dos últimos 12 anos – não têm dado sinais de que estão a investir efectivamente na diferenciação digital: *“Na maior parte dos casos, [os estudantes] não vêm com essa noção de que as “estórias” – e isso é estranho acontecer nesta altura – podem ser contadas de muitas maneiras no online. Normalmente as pessoas que me chegam aqui querem sempre escrever textos”*.

Quanto ao papel das universidades no investimento no ciberjornalismo, a crítica não é suave: *“Não conheço os currículos e os apetrechos da maioria dos cursos de comunicação social no país, mas sei que existem muitas cadeiras que têm a ver com multimédia. Eles metem a palavra multimédia em metade. O que sinto é que as pessoas chegam aqui sem saberem efectivamente trabalhar com esses recursos”*.

Poder-se-á questionar, neste sentido, se o autodidactismo ou o recurso a formações exteriores – como alguns colegas do PÚBLICO que descobri a fazerem cursos de Multimédia no Cenjor em horário pós-laboral – são as únicas vias para termos mais e melhores ciberjornalistas nas redacções.

Outras interrogações se poderão dirigir às universidades e aos seus professores. O que está a falhar no ensino das plataformas digitais ou das novas narrativas dos *media* nos cursos de Comunicação? Há um desajuste entre a teoria-crítica e a prática? Os recursos técnicos e tecnológicos em algumas universidades são insuficientes e obsoletos para os desafios constantes dos *media* contemporâneos? As velhas unidades curriculares anuais seriam mais proveitosas do que as actuais aulas de quatro meses, insuficientes para elaborar trabalhos mais complexos e para pensar, manusear e desenvolver intensivamente novos meios de comunicação? Há tempo, durante quatro meses, para

aprender técnicas e programas de edição de imagem e para realizar peças jornalísticas no âmbito de uma unidade curricular? É mais do que urgente ensinar o empreendedorismo a estudantes de jornalistas, como defende Jeff Jarvis, professor na Cuny Graduate School of Journalism em Nova Iorque?

As perguntas são mais do que muitas quando se fala em (ciber)jornalismo. Segue-se outra enxurrada delas: Como é que a tecnologia tem estendido e amplificado modos anteriores de fazer jornalismo? O *multiskilling* será um *falso amigo* do ciberjornalismo? O que distingue um jornalista de um produtor de conteúdos? Qual o papel de uma redacção física hoje em dia, numa era em que empresas de *media* apostam cada vez mais no *freelancing* e no *teletrabalho*? Que valor poderá o jornalista criar na era digital, no meio de tanta homogeneidade e indiferenciação de conteúdos? O jornalismo em papel tem os dias contados? A *mediamorfose* já é uma realidade? O nivelamento no acesso à informação entre o ciberjornalista e o ciberleitor é um mito? O jornalismo *online* exige uma redefinição de códigos éticos e deontológicos dos jornalistas? O *hipermedia* e o *hipertexto* estão a ser potenciados nos meios de comunicação digitais? Como se deve financiar o jornalismo de investigação? O jornalismo sedentário é verdadeiramente comodista? Até que ponto a interactividade no ciberjornalismo é uma ameaça ou uma vantagem para o trabalho jornalístico?

Algumas das questões supracitadas já foram abordadas em capítulos anteriores, outras mereciam mais espaço para discussão e reflexão, muitas delas são alvo de análise na entrevista em anexo. Aqui destacarei sobretudo as mais proeminentes especificidades do ciberjornalismo, a criação de valor na era digital, questões éticas e deontológicas e os desafios da escrita jornalística, temas que se cruzam em alguns momentos.

Comecemos por citar Mark Deuze, em 2007, a partir do manual *Media Work – Digital Media & Society Series*<sup>22</sup>, apenas para dar cobertura a uma visão do panorama mediático de então, não muito distinto do actual: “*O jornalismo tal como o conhecemos está a chegar a um fim. As fronteiras entre jornalismo e outras formas de comunicação pública – das Relações Públicas à Publi-Reportagem para blogues e podcasts – estão a desaparecer*”. O autor americano vai mais longe: as “*distintas identidades profissionais das redacções*” também estão a chegar ao prazo de validade. É aqui que é introduzida a

---

<sup>22</sup>

Consultar *Bibliografia*

crítica, já em 1997, ao *multiskilling* e à convergência tecnológica dos vários *media* num só suporte por autores como o australiano Michael Bromley, citado por Deuze. Bromley lamenta o “*desmantelamento das demarcações entre jornalistas e técnicos, ‘news gatherers’ e ‘news processors’, entre imprensa, rádio e televisão*”.

Se a promoção da polivalência dos jornalistas nas redacções – que é vista por alguns críticos como fruto de pressões económicas dos grupos empresariais, que cortam nos recursos, enquanto cresce a carga de trabalho dos seus assalariados – pode ser uma tendência em vários *media* internacionais, no PÚBLICO esta é pouco visível. Aliás, se no *Última Hora* há uma jornalista que edita peças em vídeo e um ou outro jornalista que recorre à multimédia para contar “estórias”, o *multiskilling* não é uma bandeira do actual editor de Plataformas e Multimédia: “*Não acredito no jornalista canivete-suíço. Creio que só é possível fazer uma ou uma coisa e meia bem feitas. É impossível alguém ir [em reportagem] apetrechado com uma data de máquinas, vídeos, de fotografia e som e estar atento também ao texto. Alguma coisa se vai perder no meio desta torrente toda*”. Aliás, o próprio resgata a má experiência da Lusa, após a direcção editorial da agência ter decidido equipar todos os jornalistas com um *kit* multimédia: “*Às tantas íamos ver o que eram os vídeos das pessoas que iam a conferências de imprensa, aqui e acolá. Eram vídeos impublicáveis, na maior parte dos casos, [sem] uma história contada com princípio, meio e fim. É impossível ter, porque aquelas pessoas iam fazer outro tipo de trabalho. Não é só apetrechar as pessoas com meios técnicos. É preciso dar-lhes condições para executar o trabalho*”.

É altura de questionar o que trouxe, então, a tecnologia digital de novo ao jornalismo? Na essência, o modo de construir notícias não se alterou: os chamados ciberjornalistas não deixam de recolher e seleccionar acontecimentos e problemáticas para noticiar, continuam a entrevistar fontes e a ter que confirmar a veracidade dos factos que pretendem noticiar. Claro que, como lembra Deuze, “*a tecnologia não é um factor independente que influencia o trabalho dos jornalistas a partir de fora*”. A pergunta é pertinente: “*Como [é que esta] estende e amplifica as formas anteriores de fazer as coisas*”? Mark Deuze acreditava que no final da década passada estávamos num ponto em que o *hardware* e o *software* eram vistos “*como suplemento*” do trabalho jornalístico, admitindo então que a mudança tecnológica demorava “*um longo período a sedimentar-se na cultura de trabalho de uma organização de media*”.

Neste sentido, há uma tendência notada pelo autor para que certos jornalistas abracem a tecnologia “*quanto mais percebem que isso faz aumentar o status, o prestígio e o modo como eles faziam o seu trabalho antes*”. Por outro lado, *in extremis*, o impacto negativo das novas tecnologias sobre a indústria dos *media* tem sido traduzido assim: pressões sobre os jornalistas, que têm que reformular e diversificar o seu quadro de competências para produzir mais trabalho no mesmo período de tempo sob pressões de *deadlines* para um ou mais *media*.

Ainda no campo das preocupações – ou dos desafios, dependendo da perspectiva – vários autores, como Jorge Pedro Sousa, têm apontado a tendência para o nivelamento do jornalista com o leitor. “*O jornalista pode ter deixado de possuir a função quase exclusiva de gatekeeper do espaço público informativo*”, escreveu Sousa numa apresentação sobre jornalismo *online publicado na net*<sup>23</sup>. Já os autores Jim Hall e John Pavlik, citados por Deuze, situam as notícias e o jornalismo num contexto social de uma sociedade de informação em evolução, marcada pelo “*desmantelamento das relações hierárquicas entre os consumidores e os produtores de media*”. Podemos neste caso evocar a Reuters como uma agência de igual modo acessível a um jornalista como a um leitor. Mark Deuze fala mesmo de “*desintermediação*”, que afasta o jornalista do papel de intermediário tradicional entre as instituições públicas e os consumidores de notícias.

Posto isto, a identidade profissional do jornalista está a ser ameaçada por esta nova realidade? A audiência dos *media* vai desaparecer ou os jornalistas têm que voltar a conquistá-la através do mesmo meio que a fez perder, as tecnologias? Deuze lembra que o académico australiano Axel Bruns, investigador-chefe do ARC Centre of Excellence for Creative Industries and Innovation defende que as audiências passaram a ser co-autores, co-produtores de notícias.

Investigadores do projecto *Project For Excellence in Journalism* (2004-6), de monitorização dos *media* informativos nos EUA durante três anos, chegaram à conclusão, lembra Deuze, que “*os cidadãos estão a assumir um papel mais activo como ‘assemblers’, editores e mesmo criadores das suas próprias notícias*” e que “*as audiências estão a mudar dos velhos media como a televisão e a imprensa para os*

---

<sup>23</sup>

Consultar *Webgrafia*

*novos media online*”. Deuze defende que, neste contexto, os jornalistas precisam de redefinir o seu papel e identificar quais os valores nucleares pelos quais querem lutar.

Da minha experiência no jornalismo *online*, posso dar não só exemplos de comentários informativos, complementares ou correctivos de alguns leitores, mas também de mera soberba injustificada e críticas não fundamentadas. O próprio editor de Plataformas e Multimédia prefere salientar o lado positivo desse contributo dos leitores, admitindo contudo que a interactividade – uma das principais especificidades do ciberjornalismo – ainda é muito reduzida no PÚBLICO *online*: *“Não temos conseguido conversar com os leitores, que é o que se pretende num jornal. Ainda não o conseguimos no espaço dos comentários, dado que aquilo são só os leitores a mandarem uns bitaites”*. Por outro lado, Sérgio Gomes reconhece nestes comentários algum valor para otimizar a actividade jornalística: *“Muitas vezes o poder dos comentários é o de denúncia, o de dar informação aos jornalistas que não sabem determinadas coisas e os leitores podem dizer “olhe, vá por este caminho”*”.

Regra geral, no PÚBLICO *online*, o jornalista não responde directamente ao leitor. Corrige, altera ou actualiza a informação, reagindo assim a algumas chamadas de atenção. Há que contar com a possibilidade de muitas vezes o jornalista ser generalista e o leitor especialista em determinada matéria. Para ilustrar um comentário de denúncia, recordo uma reacção porosa a uma notícia que escrevi para a secção de Economia – *Torre mais alta do mundo terá "mão" da família de Bin Laden* – a partir de uma notícia do *Wall Street Journal*. Quer a fonte de origem, quer o editor, focaram a notícia na família do ex-líder da Al Qaeda e eu incorri no mesmo erro, a começar pelo título. Se, como digo no artigo, *“a empresa da família de Osama bin Laden (...) distanciou-se nos anos 1990 do seu membro mais célebre”*, o título passa a ser despropositado, como nota um leitor. Transcrevo uma crítica lida na caixa de comentários: *“Mas afinal qual é a notícia? A construção de um edifício emblemático (que sim, é notícia)? Ou a associação muito forçada entre a Bin Laden Group e o terrorista? E há alguma ligação relevante para nós, ou foi só o pretexto para um título chamativo? Que jornalismo mais trauliteiro... Ninguém escolhe a família que tem.*

De acordo com Jorge Pedro Sousa, e voltando ao artigo *online* supracitado, neste sentido, *“o ciberjornalista tem de ter mais presente o leitor na notícia, pois o leitor (...) poderá interagir mais com o jornalista e até com as fontes referenciadas nas notícias e*

*ainda determinará a sequência de navegação entre a informação que lhe é oferecida em várias páginas e sites. O ciberleitor é pró-activo e não passivo ou reactivo. Aliás, o próprio medium lhe exige essa postura de interactividade forçada”.*

É prioritário ainda, nesta linha de pensamento, reflectir sobre a necessidade de o jornalista da era digital se dever repensar e reinventar, de encontrar novas formas de criar valor num ambiente informativo altamente competitivo e complexo, dentro de uma organização que terá que estar alerta também para as mudanças operadas no sector. É urgente, como refere Robert G. Picard em *Value Creation and the future of News Organizations*<sup>24</sup>, publicação de 2010, relativizar o “valor social” – baseado em “ideais populistas democráticos” – que tradicionalmente garantia ao jornalismo ocidental uma aura indiscutível na formação de um público “educado e informado, habilitado a participar efectivamente em debates políticos sociais e políticos e a fazer escolhas esclarecidas”. Picard desmonta ainda a ideia pré-concebida de que o jornalismo é bom em si: “Embora possamos ver o jornalismo como bom, isso não tem necessariamente valor em si ou em termos de valor económico no mercado”.

E aqui passamos a introduzir a noção de “criação de conhecimento e disseminação” através do consumo de *media*. Picard divide o conhecimento em três tipos: o conhecimento das coisas, eventos e ideias; o conhecimento de como fazer coisas; e o porquê das coisas acontecerem e as suas implicações. O autor defende que o jornalismo contemporâneo ainda se foca em demasia no primeiro tipo de conhecimento, limitado no seu entender: “A ênfase dos órgãos de informação em criar conhecimento simples é particularmente problemática porque cria pouca informação em si mesmo e a maioria das suas actividades envolvem informação originalmente fornecida por outros”. Neste sentido, tomando em conta a experiência no *Última Hora* do PÚBLICO, poder-se-á referir que a dependência das informações emanadas pela agência Lusa se coaduna com esta ideia de indiferenciação face à concorrência, de criação do mais baixo nível de conhecimento. Porém, convém frisar que no PÚBLICO Online, há mais vida além dos *telexes* da Lusa, e há várias funcionalidades e níveis de conhecimento e experiência proporcionados à sua audiência advindos da leitura de conteúdos do jornal *online* – da produção e disseminação de informação simples e imediata à criação e publicação de conteúdos mais complexos, de interpretação e de contextualização, que apontam para

---

<sup>24</sup>

Consultar *Bibliografia*

um tal conhecimento acerca do “*por que é que as coisas acontecem de dado modo e as suas implicações*”.

Picard defende ainda que quem gere e distribui o conhecimento e o divulga através dos *media* – no nosso entender, as organizações de *media*, a direcção de um jornal, os editores, os jornalistas e o próprio público que aposta na interactividade – deve tornar claras as escolhas acerca de quem deve saber o quê e em que quantidade, de modo a tornar-se eficaz em termos comunicacionais. Esta posição leva a que se reconheça que 1) os consumidores de notícias e informações são diferentes entre si e têm necessidades de informação diferentes 2) que o conteúdo jornalístico é dotado de benefícios funcionais, emocionais e auto-expressivos, quer para o leitor individual, quer para um grupo social específico 3) há valores intrínseco, instrumental e económico nas notícias, que nem sempre andam de mãos dadas.

Traduzamos esta linguagem *picardiana*, recorrendo a exemplos de observações e realizações durante o estágio. Os *benefícios funcionais* da informação são percebidos quando ajudam a audiência a compreender o seu lugar no mundo e os eventos à sua volta e quando o conteúdo jornalístico auxilia o leitor a monitorizar o mundo, proporciona diversão e lazer. Exemplos desta perspectiva pragmática da aquisição de conhecimento através de informação simples, precisa e fiável: a notícia *E se a navegação na Internet fosse mais rápida?*, que apresenta, de forma objectiva, o Page Speed Service da Google, um serviço *on-line* que promete reduzir o compasso de espera para visualizar páginas na Internet.

Já numa reportagem para a secção *Sociedade*, como “*As gomas são um direito, sem gomas nada feito*”, alusiva a uma manifestação contra as medidas de austeridade da *troika* convocada pela CGTP, são os *benefícios emocionais* que poderão salientar-se. Falamos de sentidos de identidade, pertença, comunidade, sentimentos de envolvimento ou participação – nem que seja para repudiar a manifestação – colocados à prova, quando o leitor e cidadão lê o artigo. Face a este tipo de coberturas mediáticas, onde emoções, posições políticas e auto-identidades estão no centro da descrição do ambiente e das vozes que são ouvidas, o leitor pode ou não identificar-se com perspectivas, ideais e opiniões das fontes consultadas, com o tom da reportagem da fonte jornalística, face à concorrência, e o estilo – mais ou menos literário, mais ou menos imagético, mais ou menos emotivo – do jornalista que escreveu o artigo.

Por fim, saliente-se o chamado *valor auto-expressivo* que um meio de comunicação pode permitir ao seu público, através de espaços como *Cartas À Directora*, a caixa de comentários às notícias (de que já falámos), ou a própria aposta no “jornalismo participativo”, gerido por comunidades de leitores. Podemos neste contexto questionar até que ponto a aposta na interactividade no PÚBLICO Online tem facilitado o contacto do público com as organizações de media e os próprios jornalistas e até que ponto é benéfica ou inconsequente.

Acrescentar valor num mundo sobre-informado é um “*mecanismo para alcançar estados e coisas fora das notícias e da informação em si mesma*”, nas palavras de Picard, o que está mais no reforço dos valores emocionais e auto-expressivos do que nos benefícios funcionais. Ainda neste contexto cite-se o mesmo autor: “*As organizações criam valor através do conhecimento dos jornalistas e editores, do acesso destes às fontes de informação, da sua habilidade para ordenar, seleccionar dezenas de milhares de notícias e 'estórias' disponíveis, e da produção de produtos criados continuamente, conduzidos pela continuidade do formato e do conceito de embalagem nos quais as notícias e a informação são acomodadas a cada nova edição*”.

O autor propõe mudar a ênfase da cobertura dos acontecimentos e problemáticas através de um reposicionamento das fontes nas organizações de *media*, que deverão segundo ele apostar mais nos desenvolvimentos e nas novas tendências do que no relato de meros factos: “*A ênfase jornalística no volume e na rapidez das notícias e da informação reduz o seu valor para um vasto número de leitores, 'viewers' e ouvintes, cujos interesses primários não são o que estão a acontecer, mas o que aqueles eventos e desenvolvimentos significam, como é que eles afectam as suas vidas e o que pode ser feito a propósito*”.

Picard acredita ainda que o futuro das organizações de notícias necessita de passar pelo enfoque no processamento de informação, e não meramente pelo encontrar e transmitir novidades. “*O conteúdo que explica desenvolvimentos e que se liga às vidas dos leitores, espectadores e ouvintes não é nenhum alien para nenhum dos valores e normas centrais do jornalismo*”, postula.

O autor – que pergunta no subtítulo de *Value Creation and The Future Of News Organizations* “*por que e como o jornalismo tem de mudar para permanecer relevante*



*no século XXI?*” – considera ainda que, no campo das estratégias para criar valor através dos conteúdos jornalísticos, a única que é positiva em termos de valor de uso, económico e intrínseco é a que “*fornece notícias e informação exclusiva ou especializadas*” aos públicos dos *media* contemporâneos. Fornecer notícias e informação através de várias plataformas de *media* – como o PÚBLICO para *tablet*, papel ou computador – e reutilizar as notícias e a informação existentes, mesmo sendo estratégias com um valor instrumental e económico considerável, não são suficientes para marcar a diferença eficaz face à concorrência, admite.

Parece claro, na sequência deste olhar atento de Robert G. Picard, mesmo que discutível, que a mera informação, que beneficia o seu receptor no campo funcional, não basta *per si* nos dias de hoje. Mas aqui fica uma questão: o enfoque no conhecimento e na compreensão dos acontecimentos, das problemáticas, dos símbolos e das relações sociais terá o poder suficiente para salvar o jornalismo da irrelevância – face a outras formas de comunicação pública – e acrescentar-lhe um valor instrumental, intrínseco e económico em simultâneo? Outra pergunta retórica: Será que o jornalista tem que ser um estratega obcecado em obedecer ao encontro destes três valores para tornar viável, no fim, economicamente o seu trabalho?

No fecho do capítulo das reflexões, podemos ainda perguntar se as próprias relações entre colegas de trabalho se terão alterado, mesmo que lentamente, com a portabilidade de alguns meios tecnológicos e com o aumento de empregados que dispensam ou que são arredados da redacção física, como é o caso dos *free lancers*, ou a introdução do *outsourcing* no mundo editorial.

## Conclusão

*“Espero que tenhas aprendido alguma coisa”*. Foi deste modo, em tom jocoso, que um dos editores do *PÚBLICO Online* se despediu de mim no último dia do estágio, a 4 de Outubro. Outro editor, meia dúzia de dias antes, perguntava *“já está a acabar?”*, pedindo ao coordenador de estágios para me manter mais tempo na redacção, mas dia 5 era dia de entrada de novos estagiários para substituir-me e aos meus sete colegas. Ainda foi a tempo de me lançar um dos maiores desafios do estágio, a cobertura de uma manifestação da CGTP para o *Última Hora*, depois de assumir que gostaria de me ter mandado fazer mais trabalho fora da redacção e ter acompanhado melhor o meu percurso no jornal.

Uma das conclusões, aliás, que retiro deste estágio é de que os editores, numa fase como o Verão, com férias de um mês pelo meio, acabam por não ter uma noção abrangente – mas apenas parcelar – do nosso trajecto no jornal. Possivelmente os nossos colegas jornalistas, mais jovens, ao nosso lado, têm mais noção da nossa evolução, porque têm mais disponibilidade para nos ouvirem e nos responderem às dúvidas, porque sabem o que é ser um estagiário no *online* e leram e editaram vários dos nossos artigos. Constatava-se também, neste sentido, que no *Última Hora*, sobretudo num horário 15-23 horas, temos vários editores além dos editores oficiais.

Um editor, ao avaliar o estágio, elogiava-me a escrita e a adaptação ao ambiente redactorial, apontando apenas como defeito alguma morosidade em algumas tarefas para uma plataforma que exige agilidade e celeridade. No entanto, acrescentava, acreditava que, com o tempo, esse problema poderia deixar de o ser. Essa questão – a máquina trituradora do tempo que assola qualquer jornalista – era um problema que se me colocava diariamente, sobretudo quando lidava com a urgência de publicar uma notícia de *Última Hora*. No entanto, as posições em relação às cadências da publicação de artigos eram relativamente distintas de editor para editor.

Um deles – herdeiro de uma tradição da instantaneidade de informar, obcecado pelas *hard news* emanadas pela Lusa – perguntava-me, quando tive que conciliar o trabalho de piquete no *Última Hora* com a preparação de uma entrevista para o *Life & Style* – o que durou cerca de cinco dias – como resolveria o meu problema do tempo se

tivesse só uma tarde para fazer, transcrever, editar e publicar a entrevista. A pergunta ficou no ar. Não sei se seria humanamente possível ou se a entrevista devia ter sido encurtada de raiz. Já o outro editor estava mais preocupado com a criatividade na forma de contar “estórias”, no rigor informativo e no estilo, quer demorasse uma hora ou cinco horas a trabalhá-las. Aliás, esse editor sempre admitiu que uma redacção de *Última Hora* pode e deve trabalhar a vários ritmos.

As minhas expectativas quanto ao estágio no PÚBLICO estiveram longe de serem defraudadas e julgo que ter ido parar ao PÚBLICO *Online* foi uma experiência muito mais enriquecedora do que se fosse para uma secção específica. Dada a transversalidade que lhe é inerente, fez-me crescer no sentido de me adaptar a várias temáticas, vários estilos e a vários ritmos e de me levar além da zona de conforto, a Cultura. Nomeadamente, consegui cumprir o meu desejo de correr todas as secções, à excepção da Educação, escrever para papel e para o *online*, propor artigos, e ainda escrever para o *P2* e para o *Fugas*, o que me abriu portas para outras formas de contar “estórias” e para outros ângulos de abordagem, sem deixar de fazer jornalismo.

A integração na redacção, apesar de ter acontecido durante um período de férias de alguns colegas, foi célere. As experiências anteriores em jornalismo contribuíram para um certo sentido de pertença grupal e de partilha de alguns códigos profissionais e interesses apreendidos quer nas aulas, quer em contactos passados com a profissão. E se por um lado essas experiências anteriores facilitaram-me a execução de alguns trabalhos ou a resolução de alguns problemas técnicos ou deontológicos, por outro não me tinham dado a ideia do que era o jornalismo diário, a actualização minuto a minuto da informação, a escrita no *back office* e para uma plataforma *online*. No semanário BLITZ, no suplemento semanal *Clip* do *Diário de Aveiro* ou na revista trimestral *MACA*, o tempo era apenas relativamente um constrangimento e não havia uma relação de independência tão óbvia com as agências noticiosas.

Em jeito de conclusão, mesmo que três meses tenham sido insuficientes para deslumbrar o que será a minha vida profissional se continuar no jornalismo, as práticas do estágio foram muito além de tristes simulacros. A assinatura dos meus artigos responsabilizou-me perante a direcção, os editores e os leitores. A passagem por três géneros jornalísticos fundamentais – notícia, entrevista e reportagem – permitiram-me uma visão abrangente *q.b.* de como se podem contar “estórias” de várias formas e

feitos. Foi importante, além disso, ter espaço no *online* – nunca me foram impostos limites de caracteres e mesmo *deadlines* rígidos – para privilegiar tendências e problemáticas contemporâneas, mais do que meros factos.

Por outro lado, as potencialidades do multimédia foram raramente explicadas ou sequer incentivado o uso de ferramentas e linguagem multimédia. O acompanhamento quase nulo dos editores e a pouca preparação prévia também não terão contribuído para que experimentasse uma via audiovisual de contar “estórias”. Essa é uma limitação que atribuo ao currículo do mestrado em Jornalismo, ao meu défice técnico preliminar e ao desinvestimento do órgão de comunicação na formação da redacção e em material. Neste sentido, o jornalista que escreve para o *online* dificilmente se poderá tornar, a curto ou médio prazo, um bom ciberjornalista. Uma crítica dirigida ao PÚBLICO, uma óptima escola de jornalismo de referência, apesar de tudo: se quer mesmo ser especial no *online*, deve apostar mais na figura do ciberjornalista, bem como na optimização do hipermédia, da interactividade com os leitores e do hipertexto.

É pertinente mencionar ainda que fui tratado como um jornalista desde o início do estágio, com o que isso acarreta de responsabilidades e direitos. Se tivermos uma boa ideia para concretizar, não é por sermos estagiários que não nos dão espaço para a realizar, se for bem trabalhada, com entrega, profissionalismo e rigor. Acima de tudo senti que as relações de confiança entre estagiário e os outros profissionais que com ele trabalham são fundamentais para a integração e para a concretização de um bom trabalho e que a credibilidade do jornalista é essencial para lhe pedirem novos trabalhos.

Um desejo de um ex-estagiário: os jornalistas – que, ao que parece, comunicam menos do que era suposto – deviam trocar mais ideias entre si e discutir mais os seus trabalhos e, porque não?, participar em reuniões de redacção para, em conjunto, discutir dúvidas e preocupações suscitadas pelo exercício da profissão, e eventuais caminhos para não deixar o jornalismo morrer.

## **Bibliografia**

DEUZE, Mark, *Media Work – Digital Media & Society Series*, Cambridge: Policy Press, 2007.

PICARD, Robert G., *Value Creation and the future of News Organizations*, Editora Media XXI, 2010.

REBELO, José, *O Discurso do Jornal*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro, *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*, Porto, Fundação Fernando Pessoa, 2003.

TUCHMAN, Gaye, *Objectivity as strategic ritual: An examination of newsmen's notions of objectivity*. in *American Journal of Sociology*, 77(4): 660-679, 1972.

WOLF, Mauro, *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

AA.VV., *Livro de Estilo do PÚBLICO*, Lisboa, Público-C.S. S.A., 1998.

## **Webgrafia**

### Links citados:

3. <http://www.publico.pt/Media/um-novo-comeco-1407731>

4. [http://www.publico.pt/Media/hoje-nasce-o-publico-mais\\_1503983?p=1](http://www.publico.pt/Media/hoje-nasce-o-publico-mais_1503983?p=1)

5. <http://www.publico.pt/Media/o-papel-do-papel-e-o-porque-da-mudanca-1535856>

7. <http://blogues.publico.pt/publicolab/>

23. <http://www.ipv.pt/forumedia/5/13.htm>

### Outros:

<http://tiagopereiracarvalhonopublico.wordpress.com> [Portfólio integral de artigos no PÚBLICO]

<http://ciberjornalismo.com/pontomedia>

## ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I: Entidade de acolhimento ao estagiário e a sua envolvente externa .....	4
I. 1. O PÚBLICO – Um jornal em Alta (Re)definição .....	4
I. 2. PÚBLICO <i>Online</i> – <i>Última Hora</i> e novos canais digitais .....	8
Capítulo II: Da Universidade à redacção do PÚBLICO <i>Online</i> .....	13
II. 1. Descrição da natureza dos trabalhos e das tarefas concretas no estágio .....	13
II. 2. <i>Fontanário</i> – As fontes de informação na torrente ilíquida digital .....	29
Capítulo III: Reflexões, inflexões e outras questões .....	34
Conclusão .....	44
Bibliografia e <i>Webgrafia</i> .....	47
Anexo I: Entrevista ao editor Sérgio B. Gomes .....	49
Anexo II: Exemplos de notícias e reportagens publicadas durante o estágio .....	63
Anexo III. 1. e 2.: Estatuto Editorial do PÚBLICO e do PÚBLICO.PT .....	84

## ANEXO I – Entrevista | Sérgio B. Gomes | Março de 2012

Sérgio B. Gomes é editor de Plataformas e Multimédia do PÚBLICO desde o final de 2011. Entra na sala de reuniões do jornal – por alturas da celebração dos 22 anos de um diário que nasceu em papel – para uma entrevista sobre o passado, o presente e o futuro do ciberjornalismo, da redacção do PÚBLICO, dos recursos técnicos e tecnológicos, dos jornalistas. Traz um telemóvel numa mão, um *tablet* noutra. Para este último *gadget* tem preparado edições exclusivas do *Ípsilon*, suplemento do PÚBLICO. Diz-se “*uma espécie de dinossauro*” do PÚBLICO Online, por onde se move desde 1999. A urgência em atender o telemóvel a colegas da redacção é uma constante. Ossos do ofício, como a premência de partilhar a actualidade em várias plataformas. “*Quanto tempo achas que vais demorar?*”, pergunta no início da conversa. Sérgio tem de ir editar o *Última Hora* mal a entrevista acabe. Como o avião que não espera pelos passageiros, as notícias não podem esperar por um editor na era digital.

### **Até onde tem ido a convergência dos *media* num único suporte no PÚBLICO Online?**

Vai até onde os limites técnicos e de formação dos jornalistas e da equipa deixam ir. Não vamos mais longe do que gostaria. Há um potencial imensíssimo no multimédia que não estamos a aproveitar.

Quantas pessoas é que sabem fazer edição de vídeo numa redacção com 150 jornalistas? Podem-se contar se calhar pelos dedos de uma mão. Dificilmente tiraremos partido [dos recursos multimédia] se não renovarmos a redacção e não dermos formação nessa área e condições para [os jornalistas] trabalharem nessa área. Não acredito no *jornalista canivete-suíço*. Creio que só é possível fazer uma ou uma coisa e meia bem feitas. É impossível alguém ir [em reportagem] apetrechado com uma data de máquinas, vídeos, de fotografia e som e estar atento também ao texto. Alguma coisa se vai perder no meio desta torrente toda. E esta preocupação de fazer para muitas plataformas muitas vezes não corre bem. Dou o exemplo do que se passou recentemente na Lusa, em que a determinada altura a direcção editorial decidiu equipar todos os jornalistas com um *kit*

multimédia. E às tantas íamos ver o que eram os vídeos das pessoas que iam a conferências de imprensa, aqui e acolá. Eram vídeos impublicáveis, na maior parte dos casos. Não passavam de um registo documental puro, que não tem uma história contada, com princípio, meio e fim. É impossível ter, porque aquelas pessoas iam fazer outro tipo de trabalho. Não é só apetrechar as pessoas com meios técnicos. É preciso dar-lhes condições para executar o trabalho, terem o tempo necessário, porque editar um vídeo não demora meia hora ou uma hora, mas se calhar um dia ou um dia e meio. É um processo muito mais lento do que a feitura de um texto ou do que o tratamento de uma fotografia para pôr no jornal do dia seguinte ou no *online* passada uma hora ou duas depois de se ter ido cobrir uma estória, uma conferência de imprensa ou um acidente.

### **No *PÚBLICO Online* o texto tem mais importância do que as fotografias e as infografias...**

Creio que sim. [Esta tendência] tem muito a ver com a sua história, com a mãe, de onde vem. Porque o nosso parto foi feito a partir de um jornal, cuja matéria-prima é letras, é tipografia, é papel. Nós não somos uma televisão, não somos uma rádio, e isso determina o que vais ser no futuro também. A nossa matéria-prima sempre foi palavras, a escrita, impressa em papel. E dar um salto para um jornal *online*, onde há muitas imagens em movimento, onde há muito vídeo e muito som seria muito complicado, porque não é esse o nosso meio natural. A nossa barriga foi outra. É por isso que é complicado ter ao mesmo nível isso tudo, nem é desejável. O texto continua a ter um protagonismo grande no ecrã de computador ou noutros suportes como os *tablets*. E a fotografia obviamente [está] quase ao mesmo nível. A fotografia tem tido várias vidas e os *tablets* vão dar uma nova vida à fotografia. É uma coisa nova o brilho do ecrã e o facto de teres intimidade com o *tablet* da mesma forma que não tinhas com o PC ou com o portátil. Só essa intimidade que estabelece com um *gadget* com estas características torna a experiência de leitura diferente. Ver fotografia aqui [*Sérgio aponta para o tablet*] é uma experiência mais rica, por causa de um ecrã com esta qualidade e pelo facto de, em cada notícia, poderes pôr várias fotografias e contares uma estória autónoma que está ali ao lado do texto, mas que vive *per si*.



## **Até que ponto as rotinas jornalísticas de produção de informação se alteraram com a Internet?**

Alteraram-se brutalmente. Ao longo destes mais de dez anos que já levo de *online* [no PÚBLICO], consegui perceber as fricções que vão existindo entre o *online* e outros suportes novos que vão surgindo, em relação ao papel, que é a casa mãe do jornal.

## **O jornalismo tornou-se mais sedentário?**

Essa história do jornalismo de rabo sentado... não vejo o lado pejorativo que muitos lhe querem dar. Um dos instrumentos básicos, que continua a ser eficaz para fazer jornalismo, é o telefone. E às vezes [contactar as fontes por telefone] é tão rico e pode ser tão eficaz como falar com uma pessoa presencialmente ou estar no local. Nunca será a mesma coisa, mas se agarrarmos no telefone e tentarmos saber mais coisas, vamos conseguir fazer um bom trabalho.

## **E se quiseses fazer uma reportagem ou uma entrevista...**

Depende dos géneros [jornalísticos], claro. Tu não podes fazer reportagem se estiveres com o rabo sentado na cadeira. Há géneros em que o movimento do jornalista é intrínseco. Tens que sair da redacção para fazer reportagem. Se quiseses fazer uma boa notícia, na redacção, consegues. Como é que se faz uma boa cronologia? Como é que se faz um bom texto de enquadramento? Acho que é na redacção, vasculhando documentos, visitando *sites*, falando com pessoas por telefone.

## **Voltando às rotinas produtivas, como se modificaram, então, com a introdução e desenvolvimento de novas tecnologias?**

Hoje um jornalista que vai fazer um debate quinzenal na Assembleia da República não pode estar só preocupado com o texto que vai escrever para o dia seguinte. Para já, temos a pressão de todos os canais de notícias estarem em princípio em directo a acompanhar as declarações dos ministros e do primeiro-ministro. No *online* temos que ter um acompanhamento eficaz do que se está a dizer nesse debate ou noutros importantes, ao mesmo nível. Os jornalistas – normalmente, dois ou três – que vão fazer [a cobertura] do debate quinzenal vão ter que alimentar o noticiário sobre o assunto.

Eles têm que ter essa preocupação e boa parte do dia deles será preenchido a enviar notícias para o *online*, coisa que não acontecia há 4 ou 5 anos.

**Quantos jornalistas e outros profissionais da comunicação trabalham a tempo inteiro na redacção do *Última Hora*? Quantos são especialistas e e quantos são generalistas?**

[*Sérgio conta pelos dedos, nomeando os jornalistas da equipa*] São 15 jornalistas. Hoje é inevitável que olhemos outra vez para a redacção do *online* como sendo a secção que deve ser engordada e as outras emagrecidas. Temos de contar com vários perfis de jornalistas, [especialmente] generalistas, que são *globetrotters*, que fazem uma notícia do que quer que seja, que não têm prurido de fazer uma notícia de Economia ou de Desporto, porque estar no *online* é um pouco isso. A maioria tem de ter esse perfil generalista e isso não invalida que os jornalistas tenham também as suas áreas de especialização. O João Pedro Pereira, por exemplo, está mais atento à Tecnologia. O Nicolau Ferreira está atento à Ciência. O Ricardo Garcia e a Helena Geraldès ao Ambiente. Mas quando tenho duas pessoas na redacção do *online* às 7 da manhã, não vou pôr o Ricardo Garcia a fazer notícias de Ambiente.

**Além de generalista, como é expectável que seja um jornalista do *online*?**

Deve ser uma pessoa sem medo da tecnologia. Tem que estar muito à vontade com os computadores e com os *gadgets*. Às vezes sinto que os jornalistas mal sabem enviar um *e-mail*. Parece que saíram há pouco das cavernas. Um jornalista que está no *online* é alguém que tem de descobrir como é que as coisas funcionam, como é que se chega de uma maneira mais eficaz às pessoas, que não tem medo de olhar para um código HTML, que tenta perceber se pode melhorar isto ou aquilo, porque há coisas que falham aqui [na redacção] a horas em que não há rede, em que não há ninguém.

**Devia haver uma formação pós-laboral para os jornalistas menos *tech-friendly*?**

Isso não vai lá com formações. Nasce com as pessoas, com a experiência, mas essa apetência, a forma como organizas os *Favoritos*, como navegas num *browser*, mostra bem se és uma pessoa apta ou não. Se tu abres não-sei-quantas janelas e fechas e abres

ao mesmo tempo, perdes tempo. Às vezes há passos inúteis que damos no trabalho, que nem percebemos que nos ocupam muito tempo, quando aquilo é feito para nos facilitar a vida.

**Portanto, no *online* tem que se ser mais do que *info-incluído*.**

É, alguém com muita curiosidade.

**E é datado falar de jornalistas exclusivos do papel e do *online*?**

É datado, dependendo do sítio onde estás a falar, porque isso ainda é muito visível em algumas redacções. Creio que no PÚBLICO se vai esbatendo cada vez mais [essa fronteira]. [Aqui] os jornalistas que estão em princípio ligados ao papel têm a preocupação de fazer valer os seus textos e de enviar por iniciativa própria os seus textos para o *online*.

**Esse contributo passa essencialmente pelas notícias?**

E pela reportagem também. Acontece, cada vez mais vezes, as pessoas que vão para a rua mandarem informações a partir de lá.

**O *Última Hora* funciona entre as 7 e as 23h. Não é viável e imperativo ter jornalistas de piquete durante a madrugada, já que o fluxo de notícias em todo o mundo não pára para dormir?**

Devíamos ter um piquete que ficasse cá. Aliás, o jornal em papel já teve em tempo. Antigamente, os jornais tinham por tradição alguém que ficava durante a noite inteira de de plantão, e é uma coisa estranha que essa figura tenha desaparecido com o *online*. Sou um defensor dessa figura, [embora seja] uma coisa difícil de se fazer, porque é um trabalho ingrato.

**Há acontecimentos relevantes que podem ocorrer durante esse período.**

A Whitney Houston morreu à uma da manhã [hora de Lisboa].

**A que horas é que se dá, habitualmente, o pico de leitura do *Última Hora*?**

Entre as dez e o meio-dia.

**A principal fonte de receitas do serviço *online* continua a ser a publicidade?**

Sim. Há outros, como a venda de conteúdos. Continuamos a vender SMS e serviços de alertas a companhias de telemóveis e a revistas de imprensa, que nos dão uma receita importante.

**E as assinaturas digitais...**

A procura de conteúdos pagos é fraca.

**Em média, quantos utilizadores acedem ao *site* do PÚBLICO por dia?**

Entre 250 e 300 mil.

**Qual foi o máximo de leituras de uma notícia?**

Por exemplo, a da Whitney Houston teve 100 mil leituras, mas creio que já batemos os 130 ou os 140 mil com a demissão do José Sócrates ou e a morte do Michael Jackson.

**Vou enumerar algumas das especificidades do ciberjornalismo e peço-te que me digas a quais o *Última Hora* tem dado mais prioridade. Começo pela interactividade...**

Temos vontade de fazer muito mais, mas é preciso recursos humanos para saber gerir a torrente de interatividade que as pessoas estão dispostas a dar. Não temos conseguido conversar com os leitores, que é o que se pretende num jornal. Ainda não o conseguimos no espaço dos comentários, dado que aquilo são só os leitores a mandarem uns bitaites. Esta experiência que estamos a fazer com o *Público Lab* [blog virado para a comunidade de leitores, para o debate, “uma redacção aberta para a Internet”] é um caminho nesse sentido, [mas] aquilo ainda somos nós a escrevermos uns textos e os leitores a deixarem lá uns comentários. Uma conversa com os leitores é outra coisa.

## **Hipertexto.**

Fazemos muito pouquinho por limitações técnicas. O sistema [*Viatecla*] em que trabalhamos não é eficaz. Não é muito difícil fazer *links* de um sítio para o outro, mas é preciso [fazê-lo] de uma forma automática. Não é uma pessoa que vai *linkar* aquela palavra, pôr um código HTLM. Isso é uma coisa que tem de ser feita com critério, o que estamos a *linkar*, a base de dados, que palavras devem ser *linkadas*. Temos que discutir isso.

## **Nas notícias de Economia, há as ligações para um glossário preparado pelo PÚBLICO, por exemplo.**

O glossário de Economia foi o primeiro passo. Identificámos uma série de jargão que precisávamos de explicar às pessoas. Sempre que aparecia aquela palavra, aquilo *linkava* para o glossário.

## **Porque é que não há glossários de Justiça ou de Política?**

Porque é preciso meios para o fazer.

## **Outra especificidade do ciberjornalismo: o hipermédia.**

Essa noção é contraditória. O caminho actualmente é precisamente o contrário. É antes a explosão da mesma coisa em vários suportes. Eu já não quero ter tudo no mesmo suporte. Eu por exemplo, vou ter uma edição do PÚBLICO para o *tablet*, e isto não está em mais lado nenhum, nem eu quero ter em mais lado nenhum. Faz sentido ter a edição do PÚBLICO para *tablet* no *online*? Não, porque a edição do PÚBLICO para *tablet* é pensada para este suporte e para este espaço [*Sérgio aponta para o seu tablet*]. Vai ser, não muito diferente, mas vai ser. Estamos a preparar para meio de Abril o lançamento da nova aplicação.

## **E a personalização dos conteúdos?**

Era importante fazermos mais. Não temos um grande nível de personalização no *site*, mas também não sou adepto de um nível de personalização total, que vários *sites*

experimentaram. As pessoas acabam por esquecer que aquilo existe, é um fogo-de-vista, um fogacho, um falhanço. Lembro-me do caso do *Diário Económico*. Quando redesenhou a página há uns dois ou três anos, era possível mexer todos os blocos na página, mexer aquilo tudo. Acho que os leitores de notícias gostam de sentir o hábito das coisas aparecerem no mesmo sítio e terem um sítio onde podem mexer, mas acho que gostam de ser guiados... porque a nossa função também é guiar as pessoas, dizer-lhes “isto é a manchete e está aqui, isto é a segunda notícia mais importante e está aqui, isto são as notícias de cultura e estão aqui”. Se, às tantas, baralhas aquilo tudo... Acho que devemos dar 20, 30% de liberdade ao leitor de mudar aquilo que ele quiser numa página de jornal *online*.

### **E a instantaneidade, a urgência das *breaking news*?**

Isso é o combustível de uma página *online* e creio que continuará a ser por algum tempo. É [a ideia] que as coisas que acabaram de acontecer estejam ali, porque estamos numa batalha onde temos que ter as coisas a diferentes ritmos. Ao lado da profundidade e da contextualização, devemos ter obviamente as notícias de última hora.

### **Durante o estágio transmitiste a ideia de que o *online* não deve ser um repositório de *breaking news*. O que é que tem feito a equipa do *Última Hora* para contrariar esta ideia?**

Se tu me perguntares aquilo que temos feito, se calhar temos feito pouca coisa, porque não temos condições, mas o desejável é caminhar nesse sentido.

### **O que falta para trilhar esse caminho?**

Mais ginástica da redacção. É preciso que esta seja mais maleável e é preciso mudar o conceito editorial daquilo que fazemos *online* para termos ao mesmo nível as duas coisas. [Necessitamos de] jornalistas vocacionados e verdadeiramente interessados em olhar para o suporte *online* como um sítio onde as suas “estórias” podem viver bem, onde podem ser lidas por muitas pessoas e onde têm um espaço privilegiado para se mostrarem. É preciso dar condições e espaço a essas “estórias” para viverem também *online*.

### **Que potencialidades trouxe a *Web 2.0* ao *Última Hora*?**

Pouca coisa. A *web 2.0* resume-se ao *Twitter* e ao *Facebook*. [Deu-nos] uma noção de que as pessoas, às tantas, já não nos liam só na nossa página. No *Facebook* há uma comunidade, 250 mil pessoas que estão ali como *amigos* do PÚBLICO. Não sei se diariamente vão lá, mas é uma massa tão grande que obviamente nos obriga a olhar para aquele espaço com olhos de ver e dar um conceito editorial àquele espaço também.

### **Até que ponto os comentários aos artigos tornaram o leitor um elemento mais activo na produção de notícias, numa era em que se tende para um nivelamento do jornalista com o leitor?**

Acho esse poder um bocado ilusório, até porque não temos também condições para esmiuçar – para usar aqui uma terminologia “fedorenta” [*referência ao quarteto humorístico Gato Fedorento*] – até ao conteúdo dos comentários, que podiam ser muito mais aproveitados. Muitas vezes o poder dos comentários é esse, o de denúncia, o de dar informação aos jornalistas que não sabem determinadas coisas e os leitores podem dizer “olhe, vá por este caminho”.

### **Quais são as secções com maior visibilidade e leituras no *Última Hora*?**

As secções com maior visibilidade e leitura são Política, Sociedade e Mundo.

### **Proporcionalmente, que espaço dedicam ao multimédia, às *soft news* face às *breaking news*?**

Temos um desajuste grande: 80% de *breaking news*, 10% de *multimédia* e 10% de *soft news*.

### **Que lições tem tirado a equipa do *Última Hora* do tipo de notícias que atingem o *top 10* de leituras no *online*? Há um padrão?**

Os obituários têm normalmente muito sucesso, mas é difícil atribuir um padrão. Já tivemos uma entrevista do José Rodrigues dos Santos a ter uma enorme visibilidade. Creio que foi a primeira notícia a ultrapassar as 100 mil visitas. Isso não pode

determinar a nossa política editorial, mas também não podemos ignorar que aquilo existe. Eu não determino a escolha que faço da organização da minha *homepage* em função do *top ten* das notícias. Isso é uma perversão editorial.

**Em 2008, numa entrevista a um jornalista do PÚBLICO, dizias que “ninguém [vinha] ao PÚBLICO ver o que se passava na actualidade internacional em primeiro lugar [e que] era necessário ter outra organização interna no PÚBLICO Online [para isso acontecer]”. Há novidades neste campo?**

Há. Hoje temos uma ou duas pessoas na secção que só olham para o Internacional, coisa que dificilmente tínhamos há dois ou três anos. Quero dizer, as pessoas andavam sempre a saltar de secção para secção. Hoje, a Isabel Gorjão Santos, por exemplo, é uma pessoa que está dedicada exclusivamente a fazer noticiário *online* nessa secção.

**A equipa do *Última Hora* vê as edições *on-line* e impressas do jornal como complementares?**

Sim. Não temos de ter nenhum problema em tirar da edição impressa “estórias” que achamos que fazem sentido no *online*. Não vamos repisar, refazer ou estropiar um texto só porque está noutro suporte. Nesse sentido [as duas edições] são complementares.

**Há adaptação de um suporte para o outro?**

Não. Não adapto o texto. Não escrevo para. Não acho que os meus leitores *online* sejam tontos ou mais estúpidos que os leitores do papel. Estão ao mesmo nível.

**Mas há limitação de espaço em papel. Isso pode transformar bastante o texto.**

Não, porque também é muito difícil mexer num texto onde à partida não tenho a minha assinatura. Não lhe posso mexer por “dá cá aquela palha” quando é de outra pessoa. Tenho de falar com ela, perceber onde posso mexer. Não é uma coisa que se possa fazer assim a talhe de foice, chegar e mexer, acrescentar coisas.



**Também é frequente disponibilizar *online* alguns textos que apareceram no papel, a partir do meio-dia.**

Tem a ver com a política de venda de conteúdos da edição impressa.

**Quais são os principais constrangimentos com que a equipa do *Última Hora* se tem deparado?**

O número de pessoas disponível para fazer a edição *online* como deve ser. Não sendo possível a contratação, traz-se cada vez mais pessoas de outras secções. Sinto que, aliado à ignorância e à falta de formação de pessoas que pura e simplesmente não sabem trabalhar com as ferramentas multimédia, não temos também, muitas vezes, as ferramentas multimédia.

**Exemplos?**

Gostaria de ter muito mais licenças de [Adobe] *Premiere* para editar vídeo, mais câmaras 5D para filmar em HD.

**Uma das principais observações sobre o *Última Hora* é o facto de as *breaking news* serem muitas vezes assinadas por agências noticiosas ou consistirem num quase “copy-paste” dos *telexes* da Lusa e de outras agências. Esta crítica tem sentido?**

Não me sinto minimamente incomodado com isso. Devemos continuar a dar notícias das agências, traduzir *telexes*. Sempre se fez no jornal.

**Mas há muita dependência das agências?**

Há. Por exemplo, como podes dar o noticiário do Local de Vila Real? Se o PÚBLICO não tem lá nenhum jornalista, quem está a editar tem de fazer a seguinte equação: ou manda um jornalista do Porto e vai pagar a deslocação para fazer a notícia que me interessa de Vila Real ou então publica um *telexe* do correspondente da Lusa em Vila Real. À partida, confio na Lusa, acho que é uma agência que cumpre. E prefiro dar a notícia do correspondente do que esperar um dia para ter a mesma notícia feita por um jornalista da nossa redacção do Porto.

**Mas a partir do Porto, pode haver telefonemas que permitam acrescentar alguma coisa à notícia em si.**

Mas às vezes o acrescento não vale a pena. É dizer a mesma coisa por outras palavras.

**Relativizas, portanto, a questão da dependência das agências.**

Relativizo. No PÚBLICO *Online*, desde que lá trabalho há 12 anos, nunca recebi uma queixa de um leitor a dizer-me assim “Eh pá, vocês publicam muitos *telexes* da Lusa!”. Nós investimos muita importância na assinatura. Em alguns casos, valem zero. É importante é que tenhas a responsabilidade de, ao ler e reescrever o *telexe* ou ao acrescentar coisas, saber exactamente o que estás a fazer, a editar verdadeiramente o *telexe*, ou a assumir que aquilo está certo ou verificar se aquilo está certo. [O importante é] confrontar, reescrever, contextualizar, porque estamos a republicar material de agência e somos nós os responsáveis por isso. O Provedor [do Leitor] vem ter connosco quando publicamos uma coisa da Lusa que está errada. Não vai ter com a Lusa. Vai perguntar-nos porque publicámos aquilo. “Porque não reviram? Porque não confirmaram? Porque é que escreveram mal?”

**Qual pode ser o factor diferenciador de um jornalista numa era em que o leitor tem quase tanto poder no acesso à informação como o jornalista?**

Ser inovador, interessante e criativo na escrita. Obviamente, não fazendo ficção científica, nem ficção. E aproveitando todos os recursos multimédia que tem à sua disposição.

**Isso é contraditório com a celeridade exigida?**

Pode não ser. Posso ter na minha redacção pessoas a trabalhar a vários níveis, a vários ritmos. Se um jornalista vier ter comigo e disser “tenho esta história, preciso de um dia”, não vou dizer que não. Se me der uma boa ideia, uma boa história, digo sim, “tens todo o tempo para fazer isso, porque só com esse tempo é que conseguirás um bom trabalho”. E isso é que vai fazer a diferença em relação aos outros. Para isso, tenho que pensar noutra coisa: “Para ter esta peça assim, vou ter várias pessoas nela, uma redacção a vários ritmos”.

**Que tarefas costumam solicitar o editor a um estagiário de jornalismo no PÚBLICO Online?**

Tarefas básicas, [como] ler o jornal, o *online*. As pessoas não lêem... Chegavam aqui e não liam o jornal. Para quem está a começar na profissão, isso devia ser um exercício profundamente básico, chegar e ver o que se está a passar à minha volta. Podem ter feito em casa no *online*, na rádio. Têm tantas coisas onde ir buscar informação, que não há desculpa possível. “Ah, não tinha, não sabia, não sabia como...”. Isso não existe hoje.

**A geração mais nova que faz os estágios no PÚBLICO vem preparada das universidades para o ciberjornalismo?**

Na maior parte dos casos, [os estudantes] não vêm muito preparados. Não vêm com essa noção de que as “estórias” – e isso é estranho acontecer nesta altura – podem ser contadas de muitas maneiras no *online*. Normalmente as pessoas que me chegam aqui querem sempre escrever textos.

**Os currículos nas universidades deviam ser revistos e direcionarem-se mais para o ciberjornalismo?**

Não conheço os currículos e os apetrechos da maioria dos cursos de comunicação social no país, mas sei que existem muitas cadeiras que têm a ver com multimédia. Eles metem a palavra multimédia em metade. O que sinto é que as pessoas chegam aqui sem saberem efectivamente trabalhar com esses recursos.

**Que mais-valias têm trazido os estagiários à redacção do *online* e quais as principais dificuldades que têm revelado na adaptação ao exercício do jornalismo?**

No *online* temos muita dificuldade em acompanhar os estagiários. Foram raros os que trouxeram efectivas mais-valias, para ser sincero.

**Não havendo mais-valias, então a renovação de que falavas não passa pelas pessoas que acabam de sair das universidades.**

Pode passar, mas sou-te sincero: Não vejo pessoas que tenham chegado aqui e que eu tenha ficado espantado, [do género] “Uau! Este tipo trouxe para aqui coisas que eu não sabia.”

**Qual é o papel de uma redacção numa altura em que facilmente se pode trabalhar em jornalismo a partir de casa?**

A redacção é um espaço de confluência e de experiência, de contacto. Mesmo de contacto com outros colegas. [Posso] perguntar ao colega do lado se percebe isto ou aquilo. Ou a um especialista [que esteja na redacção]. Se calhar, se eu estiver em casa, não levanto o telefone para fazer essa pergunta. E às vezes isso é determinante numa coisa. [Se estiver na redacção] desloco-me, vou lá acima, vejo, falo com ele directamente.

**A divisão física de secções está cada vez mais esbatida.**

É.

**O que trouxeram de novo ao PÚBLICO *Online* projectos como o P3 e o *Life & Style*?**

Acho que são mais-valias que vieram acrescentar coisas ao PÚBLICO em vários caminhos. O P3 veio falar de pessoas com uma determinada faixa etária para a qual não estávamos a falar. Para estudantes, para pessoas mais novas. Acho que nós tínhamos assim uma aura de jornal para público mais sério e tal. E se calhar [isso afastava] os adolescentes.

## A Poesia que fugiu dos bares da capital e subiu à Estrela

07.07.2011 - 09:30 Por Tiago Pereira Carvalho | Cultura

Uma italiana explica em forma de poema o que é o «bunga-bunga». Um DJ finlandês sampla a voz de uma criança que confessa ao público que «gostava tanto de viver na China, mas os pais não deixam». O organizador da primeira edição ao ar livre do “Poetry Slam Lisboa” garante que «o mundo está ao contrário» enquanto faz o pino. Flashes de um final de tarde e de uma noite no Jardim da Estrela, em que a poesia se disse e «performou» em voz alta, numa esplanada. Com cisnes e folhas caídas ao lado.



“Poetry Slam Lisboa” é um evento itinerante, nascido em Setembro de 2010 **(DR)**

É final de tarde no Jardim da Estrela. Duas adolescentes serpenteiam o parque, de patins, entre dragoeiros e araucárias, bem perto dos bandos de patos e cisnes que se passeiam pelo lago. Uma mãe auxilia uma criança a dar os primeiros passos. E um fontanário completa a visão possível do locus amoenus – expressão latina para um lugar ameno, inspiração de vários poetas bucólicos desde a Antiguidade Clássica. Para trás das portas deste jardim público ficam o caos do tráfego automóvel e o odor a combustível queimado da cidade. O caminho conduz agora até um *slammer*, um dos concorrentes que «performam» um texto da sua autoria num torneio de «slam poetry» (neste dia foram sete) .

Por volta das 20h, junto a um quiosque convertido em restaurante com esplanada, começam a ressoar, sobrepostas, várias línguas e linguagens sonoras. É aqui que entram os organizadores das sessões da “Poetry Slam Lisboa”, um evento itinerante, nascido em Setembro do ano passado, que tem espalhado, a par das congéneres “Slam Poetry Nights”, o conceito de «torneio de poesia» pela capital. A portuguesa Ana Reis e o italiano Mick Mengucci comprometeram-se com os gerentes do Quiosque do Jardim da Estrela a animar a esplanada até à meia-noite, no âmbito do programa «28 para a Estrela

– Ninguém Paga Bilhete».

Se a «slam poetry» - primeiro nos Estados Unidos nos anos 1980 e depois nas capitais europeias – teve o condão de retirar a poesia dos livros e dos cadernos para um palco e fazer dela matéria para ser expressa em voz alta, a organização da “Poetry Slam Lisboa” experimentou, numa acção inédita em Portugal, retirar esta competição de poetas das quatro paredes de um bar e fixá-lo num espaço público a céu aberto. Os poetas têm então três minutos para mostrarem o que valem perante um júri constituído por membros escolhidos informalmente entre o público.

«A poesia devia ser colocada em todas as praças, para comunicar e partilhar, como acontece no Hyde Park [em Londres], onde há um palco para quem o queira fazer. Este é o ambiente ideal para divulgar textos, ideias e pessoas», afirma Mick Mengucci, mestre-de-cerimónias (MC) e co-organizador desta sessão, que na noite de quarta-feira também improvisou rimas, literalmente de pernas para o ar, sobre um mantra de música electrónica patrocinado por Jari Marjamäki, um produtor finlandês radicado em Portugal. Mick acrescenta que, apesar do ambiente de esplanada e dos holofotes, não se perdeu a intimidade que povoa as sessões «dentro de portas».

### **A «poesia surrealista» de miúdos para graúdos**

A organização admite que na noite da iniciativa o conceito de «slam poetry» - ou mesmo o de poesia sem competição e regras à mistura - chegou a um público mais vasto, incluindo crianças e idosos, pessoas que não se deslocariam a um bar depois da meia-noite para ouvir um poema que fosse.

Aliás, Vicente e o irmão, duas crianças que acompanhavam os pais num passeio pelo jardim, foram os protagonistas do «open mic» («microfone aberto»), um momento extra-competição, para quem quisesse apenas partilhar palavras, suas ou de outros. Da boca dos miúdos saiu «poesia surrealista» - como definiu Mengucci – alusiva a «uma galinha verde a ver o sol», a desejos interditos de ir viver para a China ou a um condutor de um autocarro que atropelou uma galinha só para a comer.

Foi, por sua vez, inspirado nas frases destas duas crianças e de outras palavras partilhadas e «performadas» no Jardim da Estrela ao longo da noite passada, que Yaw Tembe, 22 anos, vindo de Almada para se estrear numa sessão de «slam poetry», construiu, recorrendo à espontaneidade e à memória, o poema «Plágio», uma síntese das ideias e sonoridades que fixou das intervenções dos seus parceiros de microfone, que lhe valeu a vitória na final.

O segundo lugar da edição fora de portas da “Poetry Slam Lisboa” foi conquistado pela italiana Paola d’Agostino, 36 anos. Esta escritora e professora no Instituto Italiano de Cultura trouxe à baila um poema em torno da expressão portuguesa «pouca-terra» e um outro sobre a expressão italiana «bunga-bunga». Sem tirar, nem pôr, foi assim que explicou a modalidade a um arrumador de carros recorrendo à poesia: «Olhe, para lhe dar uma ideia: É um ritual erótico pós-ceia, que em Itália virou prática política e já esgotou os argumentos da ética». Uma habitué nestas andanças, a poetisa italiana compara esta experiência ao ar livre – uma novidade para si – com as várias participações em torneios de poesia entre paredes. «No caso de um jardim, ganha-se a

companhia das árvores, um céu a mais, uma cumplicidade com a natureza. No início pode incomodar a exposição excessiva, a ideia de haver transeuntes, ouvintes casuais», mas, conclui, que «afinal é estimulante convencer as pessoas de que a poesia vale a pena, de que vale a pena ficar, abrir os poros da pele e estar disponível para a escuta».

Já Tatiana Paoli, 33 anos, outra italiana a residir e a trabalhar em Portugal, que veio acompanhar um amigo estreante como slammer esta noite – Bruno Dias, vindo da Charneca da Caparica, autor das perguntas retóricas como «e se fosses água/ quantas gotas juntarias?/ que montes rasgavas?» -, admite que a sensação de competição, inerente aos torneios de «slam poetry», lhe passou quase despercebida. Ao evento de poesia a céu aberto associou as ideias de «liberdade, comunhão e partilha de pensamentos e energias, versatilidade dos artistas e dos géneros de poesia e o abrir dos olhos para a multiculturalidade de Lisboa».

*In <http://www.publico.pt/Cultura/a-poesia-que-fugiu-dos-bares-da-capital-e-subiu-a-estrela-1501818>*

## ***Alessio Rastani, um corretor maquiavélico e apocalíptico ou um "Yes Man"?***

27.09.2011 - 22:01 Por Tiago Pereira Carvalho | Economia

Em entrevista à emissora pública britânica BBC, Alessio Rastani, um corretor independente, dizia ontem que sonhava com a recessão global há três anos para fazer mais dinheiro. Ainda em directo vaticinou um *crash* na Zona Euro. Mas afinal quem é Rastani? Por que é que a *Forbes* o entrevistou, depois destas declarações televisivas? Há quem diga que é Satã. Há ainda quem lhe gabe a coragem de dar a cara.



Fotografia de Alessio Rastani publicada na sua página no Facebook, com data de Janeiro de 2011

A dada altura, nos três minutos e meio da emissão da *BBC News* de segunda-feira que o Youtube permite ver, Rastani afirma que tem uma confissão a fazer em directo: “Quando vou para a cama, sonho com uma nova recessão, com um outro momento como este”. A sua profissão é encontrar oportunidades para fazer dinheiro, relembra à *pivot* que o interpela.

Outro *soundbyte* ressoa na entrevista: “Os governos não mandam no mundo. Quem governa o mundo é a Goldman Sachs”. O corretor referia-se ao principal banco de investimento dos Estados Unidos, conselheiro financeiro de alguns governos, empresas e famílias endinheiradas, e onde são recrutados presidentes de empresas e membros do Governo norte-americano.

Em vários momentos do discurso, o tom de Rastani é apocalíptico: “A crise é como um cancro. Se as pessoas esperam e esperam para passar, será tarde demais”. O polémico corretor considera ainda que o problema das dívidas soberanas na Europa não pode ser resolvido, e antevê um “crash” absoluto da Zona Euro, porque “os mercados estão a ser regidos pelo medo”. A maioria dos corretores, entre os quais ele próprio, admite, não está preocupada em “reparar a economia”.

Um dia após estas declarações, [a BBC News publicou um comunicado](#) em que confirma que Rastani “é um corretor independente e uma numa série de vozes que tivemos no ar



para falar sobre a recessão”. O comunicado do gabinete de imprensa do canal britânico refere ainda que foram efectuadas investigações no sentido de apurar se a entrevista com Alessio Rastani tinha sido um logro. “Não conseguimos encontrar qualquer evidência que sugira [essa possibilidade]”.

Mas, afinal, quem é Alessio Rastani? Um anónimo corretor independente que, depois de três minutos e meio de antena, passou a ser visto como a personificação de um profissional geralmente invisível? Por que decidiu a *Forbes* entrevistá-lo na sequência dos depoimentos à *BBC*, que deixaram com ar de incrédula a interlocutora?

Até ver, são mais as perguntas do que as respostas. O site *Sabotage Times* chega ao ponto de questionar se “o discurso de Alessio Rastani sobre a Goldman Sachs foi outro logro da autoria dos 'Yes Men' [um grupo de activistas-humoristas que recorre aos *media* para fazer aumentar no público a consciência sobre questões sociais que considera problemáticas]”. A resposta é especulativa: “Não tem havido de longe uma prova concreta, mas a julgar por algumas das suas outras palhaçadas, não ficaríamos surpreendidos”.

Na [entrevista à Forbes](#) publicada nesta terça-feira, Rastani começa por dizer o que não é: “Não sou um corretor institucional. Jamais sonharia fazer isso”. Corrige aliás a notícia da *Forbes* que dava conta de que era corretor de Wall Street.

Na entrevista, não há referências biográficas que apontem para empregos anteriores e as respostas sobre o percurso profissional são vagas. Rastani diz que é corretor por conta própria desde 2006. E qual o perfil deste corretor? “Sou uma pessoa muito adversa ao risco. Nunca me envolvi numa situação que nunca tenha analisado inteiramente. Gosto da volatilidade”.

De acordo com [a sua página do Facebook](#), é “um corretor da bolsa e um orador profissional” que teve o “privilégio de aprender com os mais maravilhosos corretores do mundo”, aqueles que, como ele, preferem a independência.

No [blogue LeadingTrader](#), afirma que “sempre adorou ensinar”. Num *post* publicado ontem, intitulado [Recessão Global – Porquê é que eu rezo por outra recessão](#), desenvolve alguns dos tópicos evocados na entrevista, como por exemplo os contornos da grande depressão nos Estados Unidos.

“Oçam, porque o que vou dizer poderá chocar-vos. A maioria das pessoas apenas se lembra da depressão dos anos 1930 por uma coisa: o *crash* da bolsa. Adivinhem porquê. O que não é conhecido ou ensinado geralmente é que a depressão tornou algumas pessoas milionárias. Houve mais milionários a serem 'produzidos' nos anos 30 do que noutro qualquer período da História”.

As lições dadas no blogue, por vezes elementares, têm chocado os detractores pela abertura com que o corretor fala de um universo que move milhões, pouco conhecido. “A recessão ocorre durante um clima económico instável. Quando os mercados se tornam instáveis (...), criam volatilidade. Um mercado volátil cria frequentemente novas tendências de mercados”. Rastani cita ainda W.D. Gann, que diz que o “grande capital” (*big money*) é obtido nas “grandes tendências”, para reforçar a ideia de oportunidade que as crises propiciam.

Na Internet não tardaram os aplausos e a indignação perante as declarações do corretor. No Facebook, foram criados vários grupos, entre os quais “Pela entrega de Alessio Rastani aos talibã” e “Alessio Rastani é Satã”. Na informação pessoal deste último perfil, os fundadores da página escreveram “Vender, vender, vender. Sou um corretor que adora fazer dinheiro com a desgraça dos outros”.

Também nesta última plataforma, há mensagens para todos os gostos. Há quem lhe chame “abutre”, há quem lhe agradeça as palavras na televisão. Uma das questões colocadas por um dos criadores do grupo, que tem como avatar uma fotografia de Rastani: “Quem ganharia numa luta? Eu ou Jesus?”. Um subscritor da página responde: “Não estou certo de que não sejas Jesus”. “Este grupo mostra a completa falta de pensamento lateral e a mentalidade de rebanho. Este tipo expõe a verdade e é chamado de Satã. Pobre espectáculo!”, escreve um utilizador.

“Rastani está apenas a proceder como qualquer outro corretor, com a excepção de ter falado honestamente na televisão”. Eis uma frase nesta página da rede social que poderá explicar a origem da polémica. E que poderá responder às interrogações “Por que é que a *Forbes* entrevistou Alessio Rastini?” ou “Quem é este corretor?”.

*In <http://economia.publico.pt/Noticia/alessio-rastini-um-corretor-maquiavelico-e-apocalitico-ou-um-yes-man-1514014>*

vamos dar confiança a estes Penhinos de Salas Verde, gente segura a falar de Verduras, terroristas da nobre tradição lusa do enfardado. E que — suspeita nos — também estarão na origem de um topónimo falso como o Judas Fome Alegre. Vão contar essa a outro! Talvez aos tipos de Monte da Água Boa, esses pobres crédulos...

Não, o pessoal que nos interessa, a malta a sério, dá o braço esquerdo e dez anos de vida por um bom Pé de Porco, faz 200 quilómetros por uma Açorda genuína, rouba dinheiro do melheiro dos filhotes para ir à Petisqueira. Isto é gente para quem não há essa coisa de não misturar acompanhamentos: venha a Fava, o Feijão, a Batata, o Arroz Amarelo, as Massas! Massamá é que não: ultimamente, tudo o que vem de lá dá-nos Azia...

Mesmo o Espargu ou os Grelos são admitidos, desde que emparelhados com a miúda Alheira. Aliás, os Enchidos são terreno sagrado. Farinheira, Gomoço, Cachola, a té Polheira ou uma boa Empada marcham, desde que regados a Tinto e esmolados pela bela Boca. Antes da Carne Assada pode vir o Peixe Frito, talvez uma Maçaroca, carne de isado de Trucinhos, que não falem os Azeitos e o Vinagre. Se houver quem, depois disto, ainda sinta um ratinho, pode entreter-se com Pão Branco e Mantigas e antes das sobremesas: Temoc Bolo, Garmelo, Filhós.

Ao longo desta saga, que ninguém se cõe de esvoaçar a Bexiga ou passar por Arraia — uma pessoa fica mais Aliviada e está ter de ir a Gregórios mais tarde, triste cenário que origina sempre algum Mau Vinho.

Mas este é o menu generalista. No Portugal dos topónimos gastronómicos há terras que apostam em especialidades. Falamos de Quinta do Gaspacho, Ribeira de Pão Quente, Quinta do Sarrabulho, Rodado, Quintas dos Leites, Monte do Papa Trucinho, Quizado (que se o desvoldo ortográfico), Quinta do Petisco ou Forno da Açorda. E que magníficas promessas de untuozos molhos ficam feitas quando chegamos a Molho Páol!

Por outro lado, e porque a sede é, de facto, o pior inimigo do homem, não temerem dificuldades para encontrar o caminho que nos leva a Bêbeda ou a Meia. E só procurar Barris (Adaga também serve e há muitos), seguir em frente por Quinta do Tinto ou Quinta Verdehlo — ou quaisquer outros Vinhos, ou mesmo Cachapa — e evitar de forma categórica o desvio para Taberna Seca.

Unicamente, há no meio disto quem se ache no direito de achincalhar esta nobre arte da gastronomia com nomes a armar o engrapadinho, como Fome Aguda, Rio de Mel, Vale de Azia, Pouco Peixe ou Quinta dos Leites... Enfim, vozes de burro não chegam à Quinta dos Qozinheiros e ainda menos à Quinta dos Garfos, duas localidades há muito geminadas e que estão mesmo a pensar fundir-se numa gigantesca metrópole de gente satisfeita. Já tem nome: Monte dos Panças.

Esta iniciativa é apenas o exemplo mais recente do instinto gregário que moldou a história do mundo e está na génese de instituições como a religião ou a tropa. Organizar-se desta forma é uma das características distintivas da espécie humana, tal como a arte. Tudo o que se passa em nossa toponímia tem uma palavra a dizer — e é disso que falaremos no próximo texto.

# Deixa-o-Resto À vontade do freguês

A localidade e o nome tiveram como parteira uma taberna montada num lugarejo quase deserto, à beira de Melides, no início do século XX

**Tiago Pereira Carvalho**

Quando, em jovem, uma amiga de Julieta pedia à mãe para passar uns dias em Deixa-Para-Trás ou Deixa-Para-Lá, a progenitora perguntava-lhe onde ficava “isso”. A amiga de Lisboa falava o nome, mas jamais a geografia: “No Alentejo”. O nome correcto é Deixa-o-Resto.

A entrada na aldeia pela Estrada Nacional N.º 261, artéria a partir da qual se desenvolveu o lugarejo, precipita um postal ilustrado: casario caído, interrompido por faixas pintadas a azul ou a amarelo-torrado, pequenos montes de cortiça entre oliveiras, caixas postais comunitárias, girassóis secos em solo arenoso, vestígios caducos de pinheiros-mansos à beira da estrada.

Neste “local de passagem”, como lhe chamam alguns residentes, entre Santiago do Cacém e a Lagoa de Santo André, a caminho de Tróia e de Sines, “não havia nada” no início do século XX, senão pinhais e azinhalas, uma ou outra cabana, e “varrinhos de bestas” em circulação, segundo um octogenaário a viver em Deixa-o-Resto desde a infância. Depois do povoamento da localidade, o caminho de “areia batida” foi asfaltado, e agora transitam ali, num vaivém ininterrupto, camiões e carros, a dar andamento a uma aldeia plácida, pontuada pela regra da “velocidade controlada”.

Rodeada por terras como Covinha, Óz, Gage e Badoca,

Deixa-o-Resto, na freguesia de Santo André, poderá não bater a toponímia mais exótica da região, mas, ainda assim, dá margem para piadas escatológicas, equívocos e uma série de variações em torno do nome. Sara Abreu, de 27 anos, professora, de visita a uma amiga a viver ali há pouco tempo, arrisca uma hipótese para a denominação: “Se calhar havia aqui uma ou duas famílias mais pobres e as pessoas das redondezas vinham cá trazer comida, restos de coisas que tivessem, para apoiá-las...”

Sara tinha chegado à aldeia na noite anterior. Só no fim dos festejos de um aniversário é que se lembrou de perguntar onde estava exactamente. Não tinha avistado qualquer placa. Depois de a amiga lhe ter devolvido o nome, ela respeita invulgar, a

gargalhada foi geral: “Desatámos a rir. Estávamos, na altura, a comer restos da festa”.

A “teoria” de Sara está longe da versão oficial, mas alguns naturais da aldeia, que vivem essencialmente da restauração e do trabalho a dias, avançam com associações idênticas, pelo menos quando se lhes pergunta a designação dos habitantes de Deixa-o-Resto. Alguém conta que são conhecidos como “as sobras”. Já António Ferreira, de 61 anos, de férias na aldeia, está convencido de que se chamam “deixa-os-restenses”. Sara avança com dois contributos: “restemengas” ou “restenses”.

**A “taberneta” da Badoca**  
Chegar a uma versão oficial, única, da origem do nome de Deixa-o-Resto não é propriamente como

somar um mais um. Há sempre um ponto acrescentado ou subtraído ao conto. Mas todas as variações da gestão do topónimo coincidem no ponto de partida: uma taberna e um taberneiro, Manuel Pereira da Badoca, o nome da localidade de onde era proveniente, adoptado como apelido, nome que se confundiu com a própria fundação da aldeia.

Com um retrato emoldurado do avô Manuel da Badoca nas mãos, na casa onde este viveu, António Pereira procura não se desviar da versão que a família lhe transmitiu: “Foi agricultor, montou uma taberna que não tinha nome. As pessoas que iam levar cortiça de Sines para o Montijo ou vice-versa, por este caminho”. Segundo o neto, nascido em Deixa-o-Resto e a residir no Montijo, a “taberneta” ficava a meio caminho entre Sines e Tróia e era frequentada por agricultores e pescadores que, depois das negociações, paravam ali. “Costumavam dizer: ‘Vamos lá petiscar e deixar ali o resto do dinheiro’, as sobras dos negócios. ‘Foi assim que pegou o nome’, assevera o habitante mais velho da aldeia, Francisco Silva, de 81 anos.

À mesa da Tasquinha do Ilídio, onde no passado funcionou a taberna e onde na actualidade os “pratos do dia” são caldeirada e encajado de enguias, Francisco Silva lembra o homem que levou uma frase dos fregueses bastante a sério: “O avô desse senhor é que abriu aí uma taca. Péz enguias para prender as carapças. Os clientes eram lavadores remediados, que iam a Santiago comprar adubos, comida, ferramentas, e que paravam para deixar o resto do dinheiro.” Em jeito de remate, Pereira acrescenta: “Vinham descalços, a pé. O meu avô punha umas bacias para lavarem os pés. Depois os homens calçavam-se para irem para a vila”.

Os homens — as mulheres não podiam entrar — e os cães, “copinhos”, “o vinhosinho”, a acompanhar a carne e as sardinhas assadas, acrescenta o descendente de Manuel Pereira da Badoca, o homem que achou piada aos “restos” deixados pelos fregueses na sua taberna e que decidiu inscrever na toponímia alentejana.

E ainda hoje Ilídio, o actual dono do estabelecimento, faz jus à herança do poeta-taberneiro quando um cliente a bandana a taca: “Costumavam dizer: ‘Não se esqueça, não gaste o dinheiro todo e, quando passar pela via rápida [Grândola-Sines], pare em Deixa-o-Resto’”.







# Da rua para casa e de casa para o trabalho... ou para a universidade

Inspirado num modelo americano que considera a habitação um direito humano básico, o programa *Casas Primeiro* já tirou 65 sem-abrigo com doença mental das ruas de Lisboa desde Setembro de 2009. Todos os utentes vivem agora numa casa e estão em fase de recuperação e em busca de autonomia. Dez estão a trabalhar e há ainda quem esteja de volta aos estudos. Anabela, Sónia e Paulo contaram ao P2 que diferença faz morar numa casa própria, integrados num bairro, quando se sofre de doença bipolar ou de esquizofrenia. *Por Tiago Pereira Carvalho*

● A dada altura, na casa onde reside há dois anos, Anabela Raposo, de 45 anos, pega num livrinho e começa a ler um poema seu. Uma retrospectiva de sete anos de rua: "À noite os fantasmas vagueiam soltos. Escorrem de sombras, de sonhos de mortos. Vagueiam nas noites como sem-abrigo."

Quando pisou pela primeira vez aquele TO em Santa Catarina não tardou em comunicar aos técnicos da Associação Para o Estudo e Integração Psicossocial (AIEPS) que ficaria ali, sem sequer ter ido à janela ver a vista. "Não conseguia confiar em ninguém. Pensei que era uma coisa má. Depois vi que foi uma sorte encontrar o projecto [*Casas Primeiro*], quando já estava muito afectada com a vida na rua." Decorou o apartamento com a ajuda da associação, que lhe arranhou a cama, o armário e as mesas. O resto dos móveis, trouxe-os da rua.

Há cerca de dez anos foi-lhe diagnosticada a doença bipolar, embora a saga se tenha iniciado há vinte, com um esgotamento. Chegou à rua por "incompatibilidade da doença com a convivência" com os pais. "Eu chamava a polícia, fazia queixa deles, porque me davam pouca autonomia." Até que um dia a expulsaram de casa.

Da experiência de sem-abrigo, quase sempre na Gare do Oriente, Anabela evoca as faltas às consultas e o desmando no tratamento da doença: "Afectava-me muito o padrão de vida. Não tomando medicação, fica-se um ser humano totalmente diferente." Uma vez foi a pé, descalça, da Gare do Oriente até Queluz-Belas.

Quando não está em casa, recolhida, "a ler um bocadinho", vai vender os seus livros de poesia pela cidade como "forma de ganhar algum dinheiro". De há dois anos

para cá trabalhou em pesquisa de mercado e angariação de donativos, mas as "limitações" forçaram-na a desistir dos empregos. "Quando me sinto muito cansada, já não consigo cumprir."

A integração social no bairro "não foi muito fácil", mas Anabela conquistou "pouco a pouco" os vizinhos, com quem mantém relações de "cortesia". Estão a par do seu passado, algo que relativiza. "Dentro da comunidade, uns têm problemas físicos, outros de família. Este é apenas mais um." Há receios que, entretanto, ainda não superou: "A minha vida está muito resumida a esta zona. Quando vou muito longe, fico ansiosa".

Anabela decidiu regressar aos estudos. Inscreveu-se na licenciatura de Desenvolvimento Comunitário, com a expectativa de ter no estágio "oportunidade de trabalhar com grupos de pessoas sem-abrigo ou crianças em risco". Acredita que o programa *Casas Primeiro* lhe abriu "perspectivas de felicidade e transição para uma qualidade de vida, [que conduz] à cidadania".

Se há casos de ex-sem-abrigo com doença mental que não hesitam em abandonar a rua, também há exemplos de resistência, como o de Sónia Varela, de 29 anos. "Tinha a minha vidinha, não estava para morar dentro de uma casa. Era uma posição boa [a proposta pela AIEPS], mas não encaixei." Após várias insistências, no final do ano passado respondeu "sim", pedindo para ficar na zona onde morava na rua. Até chegar ao TO onde reside no Bairro Alto, passou por uma experiência de inadaptação no Martim Moniz.

Sobre a mesa da sala estão estendidas cortinas, cujas bainhas está a preparar para pendurar na porta de entrada, "para ter mais privacidade". Sónia está

## Vantagens de ter uma casa só para si? "A gente começa a habituar-se a ter responsabilidades e vamos em frente"

a reaprender a lidar com a privacidade e com a higiene íntima. Agora tem condições para lavar a roupa e pode tomar banho "quantas vezes quiser". Na rua, banhava-se nos chafarizes dos jardins públicos.

A técnica Inês Almas, que costuma visitar os utentes do *Casas Primeiro*, leva por vezes pessoas como Sónia a confrontarem-se com "questões básicas" como regularizar a documentação para se proceder posteriormente à candidatura ao Rendimento de Inserção Social. Na rua, o seu ganha-pão era fruto da mendicância. "Ganhava uns trocos de vez em quando. Dava para a alimentação." Ainda adolescente, trabalhou como *baby sitter*.

A equipa do AIEPS está focada agora na saúde física de Sónia, o que está longe de ser para si um tabu: "Sou forte, dói-me a coluna do esforço. Tenho dores nas pernas e

não posso estar de pé." Acredita que este problema lhe tem dificultado o acesso ao emprego.

Sónia sobe o tom para repudiar os internamentos compulsivos e as injeções a que foi sujeita, depois de abordada e "ameaçada" na rua pelas forças policiais, actos que ainda hoje diz não entender. "Para mim, eles calcularam que, se estava na rua, talvez tivesse alguma paranóia. Foi aí que comecei a fazer internamentos". Actualmente, recorre à medicação oral para controlar a esquizofrenia.

Dentro do bairro não tem "grande convivência". Mora numa rua "bastante tranquila", mas prefere zonas agitadas, como o centro da cidade, onde é uma figura bastante popular entre os transeuntes. Chegou a dormir mais de três dias num mesmo sítio, sem se levantar. Hoje recusa "naturalmente" a ideia de voltar a dormir na rua, onde viveu cerca de dez anos.

Paulo Sousa, de 43 anos, dezassete na rua, passa pela sede da AIEPS antes de seguir para o trabalho no El Corte Inglés, onde é repositor desde 1 de Setembro, ao abrigo de um estágio profissional do IEFP. À saída do centro comunitário, aproveita para lembrar a técnica da associação que a validade de um dos medicamentos está a expirar e que é preciso marcar uma consulta de urgência. Paulo sabe que fica "todo alterado" sem medicação. "Começo aos gritos e [a causar] confusão, nomeadamente se houver muita gente".

Cerca de um ano depois de aderir ao programa, Paulo afirma que mudou "da noite para o dia". Sente-se "mais independente, mais em liberdade", e acredita que a solução da casa individualizada, na freguesia de São José, é "a ideal para a doença". "Tenho mais descanso na cabeça e não tenho que me levantar

às 7 da manhã para às 8 vir para a rua". Quando estava no albergue, era o que lhe acontecia ao fim-de-semana, mesmo quando chovia. E, na casa de acolhimento, "havia sempre discussões e chatices".

Garante que o cenário "agrava-se" quando se soma à condição de sem-abrigo uma doença. "É muito difícil. Uma pessoa que sofre de depressão, em princípio, tem poucos amigos e não tem tendência para pedir ajuda a ninguém". Quando dormia em albergues, na rua ou em casas abandonadas, Paulo andou "sempre por baixo". Recusou durante dez anos a medicação, ganhou "pó" a psiquiatras, não queria falar com as pessoas. De vez em quando, exigia um quarto particular às assistentes sociais, depois de ter fugido de outros que lhes tinham sido arranjos pelas mesmas.

Sempre procurou trabalho, mesmo quando era sem-abrigo. Foi empregado de mesa e de balcão e porteiro de um colégio, mas alguns obstáculos acabavam por afastá-lo da estabilidade laboral. Ou eram os horários de trabalho que eram incompatíveis com os horários do albergue ou era a falta de aparelho auditivo que o tornava inseguro. "Tinha medo de não receber de forma certa os pedidos".

Actualmente, sente-se integrado no El Corte Inglés, onde trabalha diariamente, das 9 às 4. "O chefe é claro, os colegas porreirinhos. No segundo dia, fiquei logo à vontade". Diz já tratar os prazos de validade e os códigos de barras dos produtos à venda por tu. A expectativa é, terminado o estágio profissional, manter-se ali como repositor.

Vantagens de ter uma casa só para si? "A gente começa a habituar-se a ter responsabilidades [como pagar a casa e a taxa da televisão] e vamos em frente".



Sónia Varela foi submetida a internamentos compulsivos quando era sem-abrigo



Anabela Raposo, 45 anos, há dez a viver com doença bipolar

## Casas Primeiro, dois anos depois

● O ponto de partida é a habitação. O de chegada, a autonomia dos utentes. "É a aplicação da ideia das casas individualizadas para pessoas com doença mental (*Housing First*, no original, projecto já introduzido nos Estados Unidos e no Canadá), que somam a esta condição a de sem-abrigo. Constitui uma diferença substantiva face a outras experiências massificadas, como os centros de acolhimento, albergues ou o apoio na rua", defende José Ornelas, mentor e coordenador técnico-científico do projecto *Casas Primeiro* e docente no Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

O programa *Casas Primeiro* da Associação Para o Estudo e Integração Psicossocial (AIEPS) arrancou em Setembro de 2009, mas mereceu destaque do júri aquando da entrega do Prémio Gulbenkian Beneficência 2011 àquela associação. Para já, apenas se circunscreve a Lisboa, mas os números podem ser animadores para que se estenda ao resto do país: 90% dos aderentes mantêm situação habitacional estável e dez dos 65 utentes iniciaram o processo de integração profissional com estágios promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) em áreas escolhidas pelos ex-sem-abrigo. Num supermercado, num hotel ou numa biblioteca.

"O *Casas Primeiro* é mais humano e tem melhores resultados do que outras respostas sociais. Depois de estarem nas casas, [os utentes] recuperaram significativamente. Começam a participar mais na vida comunitária, a ter interesse por projectos de empregabilidade ou voltam a estudar", assegura Ornelas. Segundo um inquérito feito junto dos participantes e citado no relatório de balanço do segundo ano do *Casas Primeiro*, a maioria salienta melhorias como "um maior sentimento de liberdade e de esperança".

Em declarações ao P2, Helena Silveirinha, então porta-voz do Instituto de Segurança Social (ISS), destaca neste programa o acompanhamento psiquiátrico "regular" dos utentes, a diminuição "considerável" do recurso a subsídios da Santa Casa da Misericórdia e a "redução drástica" na utilização dos serviços de emergência dos hospitais psiquiátricos. A AIEPS corrobora com números - antes do *Casas Primeiro*, 45% dos ex-sem-abrigo abrangidos pelo programa recorriam às urgências dos hospitais. Dois anos depois são apenas 4%. Silveirinha assinala ainda que os participantes deixaram de recorrer às equipas de rua e aos refeitórios.

Outra vantagem apontada pela AIEPS é a "eficiência" financeira (a instituição lembra que há um gasto diário de 19 euros por participante). "Se o Estado adoptar este programa, pode poupar significativamente na Segurança Social, [porque] tem um custo muito baixo para os benefícios que as pessoas obtêm",

defende Ornelas, que acredita que a distinção da Fundação Gulbenkian pode "influenciar e sensibilizar os decisores políticos" a perceberem a diferença "substantial" da habitação individualizada face às institucionalizações. Neste programa, o financiamento estatal é destinado aos salários da equipa que presta apoio 24 horas por dia aos utentes e ao arrendamento (cada habitação custa entre os 350 e os 400 euros por mês).

Embora o mercado de arrendamento pese na escolha das habitações, a equipa de técnicos procura fazer coincidir as preferências dos utentes com a selecção de bairros dotados de recursos essenciais - como transportes públicos e comércio - que sejam "um factor facilitador de integração", para "não criar novas exclusões". Aliás, uma das regras é afastar "por princípio" a hipótese do bairro social.

No *Casas Primeiro* estão pessoas com idades entre os 22 e os 73 anos, sendo a maioria do sexo masculino. Oitenta e um por cento dos diagnósticos apontam para casos de esquizofrenia. Os restantes dizem respeito a bipolaridade, depressões graves e perturbações da personalidade, associadas por vezes a problemas com drogas e álcool, condições nem sempre assumidas pelos utentes. Na rua eram, regra geral, pessoas sem redes familiares. Oitenta e três por cento dos actuais utentes frequentaram centros de acolhimento e/ou albergues e 60% estiveram desalojados de seis a 10 anos, tendo sido referenciados por equipas de apoio a sem-abrigo.

### Projecto-piloto

A primeira fase do processo de "recuperação" assenta na resolução de questões "básicas", como a recuperação física, o descanso, o acesso a vestuário e à documentação dos ex-sem-abrigo com doença mental. José Ornelas afirma que a consciencialização do duplo estigma surge *a posteriori*: "A passagem para a casa é tão forte e simbólica que reduz toda a preocupação ao mínimo. É um salto tão grande que quase têm dificuldade em acreditar que é possível. A questão do estigma começa a colcar-se numa fase de integração muito avançada".

Ao P2 o ISS recorda que o *Casas Primeiro* é um "projecto-piloto e pioneiro", não tendo tido até à data reprodução noutros pontos do país, apesar de a AIEPS já ter sido contactada por associações de Aveiro, Porto e Cascais para participar em palestras e conferências e dar a conhecer o programa. A AIEPS apresentou a experiência em Outubro passado em Copenhaga, no âmbito do primeiro encontro de projectos congéneres na Europa.

De acordo com o mais recente *Relatório de Caracterização da População Sem Abrigo* do ISS, de 2009, foram identificadas 2113 pessoas sem-abrigo, de entre as quais 10% com doença mental associada.



## O carro “blue jeans” celebra hoje 50 anos

03.08.2011 - 19:23 Por Tiago Pereira Carvalho | Sociedade

O que têm em comum a série televisiva portuguesa “Zé Gato” e o filme “Sim, Senhor Hulot”, do francês Jacques Tati? O que liga os CTT ao enigma anterior? Aliás, o que tem isto tudo a ver com as calças, mais precisamente os “blue jeans”? A resposta é só uma: “Quatrelle” – é assim que se diz em francês – ou R4, para os mais sintéticos. Nesta quarta-feira a Renault 4L celebra 50 anos.



Concentração de carrinhas Renault 4L em São Pedro do Sul, em 2006 (**Manuel Roberto/ PÚBLICO**)

Se ao passar pelo *site* oficial da Renault não encontrar no catálogo de carros usados o modelo 4L, não se preocupe. Se está interessado em comprar um, não julgue que o carro saiu do mercado. Os novos, de facto, deixaram de ser comercializados em 1992, mas os fóruns especializados em automóveis e os *sites* de vendas em segunda mão estão repletos de mensagens alusivas a um ícone que os *sites* de *design* não desdenham.

Estacione-se o carro e visite-se o espaço *Design Boom*, na Internet. O portal "caçador" de novas tendências nas áreas da arquitectura e do design – a expressão “brand new retro” assenta bem neste automóvel em 2011 - dedica uma vasta fotogaleria à celebração da efeméride dos 50 anos da “Quatrelle”. Entre outras informações sobre os feitos da Renault 4 – a terceira marca mais vendida na história automóvel, depois do Volkswagen Carocha e do Ford modelo T, que chegou a 8 milhões de compradores em 30 anos –, o *site* especializado cola à R4 o epíteto de “ícone da moda”. Nota ainda que os mentores deste projecto estavam atentos às mudanças na sociedade dos anos 1950/60, quando planearam o automóvel.

Em 1956, Pierre Dreyfus, à altura presidente da Renault, pediu a técnicos e engenheiros do ramo automóvel que materializassem um conceito que tinha na cabeça: um carro simples, barato, funcional, moderno, versátil e democrático. Para todos e para tudo, em suma. Dreyfus queria um veículo equiparado aos “blue jeans”, refere a retrospectiva realizada pelo portal *Design Boom*.

O resultado final - apresentado ao grande público a 3 de Agosto de 1961 - está associado a duas inovações: O Renault 4 é o primeiro automóvel com sistema de

refrigeração, e o primeiro Renault com tracção dianteira. Na primeira versão, tinha uma caixa de três velocidades e um motor de 4 cilindros, e atingia uma velocidade máxima de 95 km/h.

Teve como contemporâneos outros automóveis icónicos como o Trabant – associado à *memorabilia* da Alemanha do Leste – ou o Volkswagen Carocha. Os três deixam de ser produzidos quase pela mesma altura, entre o final dos anos 1980 e os 1990.

A ideia de um carro “para toda a gente” – para a família, para homens e mulheres, para agricultores e para pessoas urbanas – é apreendida pelo grande público. O preço acessível e a mecânica simples também contribuíram para a democratização do modelo.

Em Portugal chega a ser um clássico na frota de carros dos CTT e do próprio Estado. A Renault 4 foi usada ainda como viatura de trabalho de agricultores [o habitáculo chega à porta-bagageira], e a própria ficção pós-25 de Abril reflectiu a mediatização do modelo. A imagem do protagonista da série policial “Zé Gato” ao volante de um R4 a perseguir eventuais criminosos é uma imagem de referência da televisão portuguesa.

Em França, o realizador e actor Jacques Tati provocava os espectadores de “Sim, Senhor Hulot”, com a personagem principal da narrativa a pôr a nu as fragilidades das cidades modernas – no caso, Paris e Amesterdão - com um Renault 4 nas mãos.

### **A paixão pela Renault 4**

Num fórum chamado “4 Clube Portugal”, a “Quatrelle” é uma referência que leva aficionados e curiosos a marcar encontros mensais, com a paixão por este carro clássico como pretexto. Só para Agosto deste ano estão marcados cinco encontros mensais, em cidades como Lisboa, Felgueiras, Portimão, Abrantes e Porto. Nesse fórum há quem faça ainda listas de filmes e de séries televisivas onde o carro dá o ar da sua graça.

O coleccionismo e a venda de versões usadas do modelo povoam páginas de vendas de usados da OLX e da Coisas.com, alastrando-se inclusive a um fórum da Audi. Com estatuto de clássico, e já fora do mercado dos veículos “novos”, o número de fotografias de projectos de restauro e do *lifting* abundam na Internet. No fórum da Audi, um utilizador apresenta uma série de imagens que dão a conhecer o processo de reabilitação, a meias com um amigo, de um R4. Numa das fotografias, vê-se um automóvel de cara lavada, com pintura de madeira retocada e envernizada. No seu *blog* pessoal “O Melhor e o Pior”, Nuno Costa, deixou uma mensagem para sublinhar o melhor deste veículo: “Eram e são máquinas de guerra. O lema tuga (sic) era que a 4L ia onde não iam os jipes”. A mesma ideia é reforçada por Paulo Barata, professor de *design*, em entrevista recente ao PÚBLICO: “Era muito o carro dos agricultores. Na verdade foi o primeiro SUV [Veículo Utilitário Desportivo, na adaptação da sigla inglesa]. Por causa do fundo plano, a 4L chega a passar em locais com neve onde nem os jipes!”. Já as principais críticas apontadas à Renault 4L passam pelo consumo excessivo e a corrosão da carroceria.

Em Julho deste ano, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou uma lei que proíbe a circulação de veículos anteriores a 1992 - sem catalisador - na Baixa Pombalina e na Avenida da Liberdade, por questões ambientais. A medida tira, assim, a Renault 4L das principais artérias da cidade. Aos 50 anos, apesar das interdições, a “Quatrelle” anda por aí. Nas estradas virtuais e reais do país. Como os “blue jeans”.

*In <http://www.publico.pt/Sociedade/o-carro-blue-jeans-celebra-hoje-50-anos-1506080>*



## “As gomas são um direito, sem gomas nada feito”

01.10.2011 - 22:36 Por Tiago Pereira Carvalho | Sociedade

Ao início da tarde, a Praça do Saldanha, em Lisboa, está irreconhecível. O vai e vem constante e regular dos carros cedeu, por algumas horas, o lugar a uma concentração de manifestantes provenientes de vários pontos do país, especialmente dos distritos abaixo de Coimbra. Há *t-shirts* e bandeiras vermelhas aos magotes e, a atender à indumentária dos presentes, nesta tarde o ícone Che Guevara ganha ao ideólogo Lenine.



Foram muitos os *slogans* de protesto que os manifestantes desfilaram na Avenida da Liberdade (Foto: Miguel Manso)

O arranque da primeira manifestação nacional pós-*troika*, “contra o empobrecimento e as injustiças”, está agendado para as três da tarde, mas há ainda autocarros a chegarem de Vila Franca de Xira e do Barreiro a essa hora. “Programa de agressão, com a luta dizemos não”.

É esta a tónica do discurso que ao longo da marcha é desferido contra o memorando assinado entre a *troika* internacional (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e FMI) e a *troika* nacional (PSD, CDS e PS) e que se pode ler em autocolantes cedidos pela CGTP, que organiza o protesto.

Imediatamente atrás da carrinha que transporta o concerto ambulante dos Homens da Luta – que resgata o *slogan* pós-revolucionário “a cantiga é uma arma” e que chega a contar com a colaboração de Vitorino em *Venham Mais Cinco*, de Zeca Afonso – uma linha de jovens da Intersindical, por sua vez, lembra ao que vem com cartazes ao alto: “Tomemos nas nossas mãos os destinos das nossas vidas”.

A organização oferece bonés aos manifestantes, em tarde quente. A encabeçar o desfile estão seis *Globetrotters* da empresa de camionagem TNC. O buzinao dos camiões ressoa ao longo de todo percurso, do Saldanha aos Restauradores. É um sinal de protesto “em defesa dos postos de trabalho”, em nome da “viabilização” da empresa, dizem os representantes da empresa presentes.

São camiões com gente dentro, como Carlos Martins, que trabalha na companhia há 11 anos. “Só queria que me deixassem trabalhar para ganhar o pão de cada dia”, desabafa. Martins não recebe salário há dois meses, mas também não está despedido. E é este

impasse que Paulo Guerreiro, trabalhador há nove anos na TNC, diz que não se pode perpetuar. Guerreiro acredita que a presença dos trabalhadores na manifestação sensibilize o Governo.

À margem da manifestação, em frente a uma das portas de acesso ao Galerias Saldanha Residence, está Irene, 40 anos. Fez uma pausa no seu trabalho como lojista para fumar um cigarro, enquanto os Homens da Luta cantam, ao megafone, *Luta assim não dá*. Garante que se não estivesse a trabalhar, “provavelmente” estaria na manifestação e que entende o protesto como “uma forma de expressar um bocadinho a instabilidade que se vive neste momento”. Não é o facto de trabalhar ao sábado que a incomoda. O que preocupa Irene é a incerteza, “as coisas que ainda não temos a certeza que virão”. Considera que os salários, em Portugal, estão muito aquém dos restantes países da União Europeia e que, “diga-se o que se disser”, o sector público goza de uma maior protecção social do que o sector privado.

A dada altura, a *Liberdade* segundo Sérgio Godinho, que só existe quando houver “a paz, o pão, habitação, saúde, educação” e que se ouve nas colunas, está espelhada e espalhada por centenas de faixas que os manifestantes empunham. Na assistência – porque, como nas procissões, as manifestações também têm a sua plateia residente – uma mulher comenta que acha “engraçado” que cada grupo que ali acorreu dê voz às suas “pequenas preocupações” locais.

Há um grupo de utentes de transportes públicos que clama pela qualidade dos serviços de mobilidade, reprovando “o aumento dos preços” decidido pelo Governo. Há ainda quem chame a atenção para a “calamidade nas vinhas na região de Setúbal” ou para a discordância com o fecho da Linha do Oeste. “Por uma aposentação digna”, lê-se num cartaz erguido por um colectivo de reformados. A habitação que Sérgio Godinho evoca é lembrada por um grupo do Bairro da Rosa, que se bate “por uma lei de rendas com critérios sociais”. Depois existem as causas nacionais, da reprovação dos aumentos na taxa da energia e a recusa das eventuais privatizações nos sectores da água e dos correios.

Profissionais da área da cultura de Évora estão também presentes com cartazes a defender que “o mundo não está condenado à barbárie”. José Russo, actor no Centro Dramático de Évora, afirma que “a cultura tem sido o parente pobre dos orçamentos” e lamenta que não seja vista como “um parceiro de todos os sectores, transversal”. Deslocou-se a Lisboa para dizer “não” à precariedade e ao desemprego e à perda de identidade cultural. Num cartaz empunhado por um colega pode-se ler que “o Estado não pode demitir-se do apoio a um serviço público na área da cultura”.

Também do Alentejo, de Vendas Novas, veio uma excursão de pessoas que se dizem contra o fecho das urgências. João Sá, 55, vem especialmente representar uma “luta muito antiga da população” desta cidade, a manutenção da abertura das urgências 24 horas por dia. Porém, reforça o também sindicalista, a sua luta é mais vasta. João diz que o Governo está a promover a “facilidade da entidade patronal em despedir, em vez de criar postos de trabalho”. Quanto à consequência da manifestação, está ciente das críticas – “Eles irão dizer que é o mesmo do costume”. João acredita, porém, que o Governo não ficará indiferente e que se vai aperceber que “os trabalhadores não estão a dormir”. Sá acredita, no entanto, que “os portugueses ainda não caíram na real” e que Portugal poderia prescindir da *troika*, caso colocasse “a agricultura e a indústria a

trabalhar”.

Ao largo da estátua de Marquês Pombal, à espera da cabeça do desfile, Alfredo Fernandes, 82, reformado, ergue uma bandeira portuguesa, “porque não é filiado em partido nenhum”. Fernandes acredita que o país está a perder a identidade e a soberania, mas defende que se “tem de lutar por elas”. O discurso de Fernandes é de pessimismo e de incógnita: “Estamos a andar excessivamente para trás em termos económicos, com a perda de salários e de assistência [social]. Não percebo bem porquê. O mundo não devia andar para trás, devia andar para a frente”. Andar para a frente, no entender de Fernandes, é “os povos melhorarem a sua qualidade de vida”, mas não acredita que a recuperação aconteça no “seu tempo”.

Em contraste com o tom amargo do homem que ergue a bandeira de Portugal, há quem rime esperança com mudança, e há ainda um cartaz escrito e colorido por Miguel, de sete anos. De um lado escreveu: “As gomas são um direito, sem gomas nada feito”. Do outro: “Quero que todos os meninos brinquem, estudem e sejam felizes”. A um passo, há quem partidarize as responsabilidades do “estado da arte” em Portugal: “Governo PSD e CDS, lacaios do capital” e “As Troikas matam a agricultura”. E há ainda quem defenda, como o movimento Ruptura/FER, que “como na Grécia”, Portugal deve seguir para a greve geral.

Pela Avenida da Liberdade há professores que se passeiam de preto, a declararem que “a educação está de luto”. Ana Gabriela, 28 anos, professora de Educação Visual e Tecnológica, sindicalizada, dá aulas desde 2006 e fez o caminho Setúbal-Lisboa com a irmã, professora desempregada, para “lutar pelos direitos da profissão e para acompanhar a luta de todos os portugueses”. Neste ano Ana ficou colocada por “oferta de escola” em Oeiras e vive a incerteza de não saber se no final do mês continua a leccionar. Na Avenida da Liberdade, veio contestar a falta de “seriedade” nos concursos, recordando que trabalha na escola durante o dia e num *call center* à noite para “poder sustentar a família”. O aumento do IVA é uma das outras preocupações apontadas pela professora “precária” que “também influencia a [sua] vida”.

Ao cair da tarde, perante uma Praça dos Restauradores repleta de manifestantes, em tom inflamado, Carvalho da Silva, o líder da central sindical que comemorou neste sábado 41 anos, faz a avaliação dos cem dias de Governo de Passos Coelho e recorda a mais recente entrevista de Cavaco Silva, para assinalar que “não pode haver complacência com políticas neoliberais ou neoconservadoras” perpetradas pelo actual executivo e defendidas pelo Presidente da República. No primeiro manifesto popular após a assinatura do acordo das *troikas*, o sindicalista pede “esperança no futuro”, apela que o caminho não deve ser o da recessão, mas o do crescimento económico e do combate à fraude e evasão fiscal, anunciando que “a luta vai prosseguir com maior amplitude”, em acções de luta entre 20 e 27 de Outubro por todo o país. Carvalho da Silva exortou ainda os presentes para que, “perante as dificuldades”, não se isolem. “Não há democracia se o Estado social for destruído.”

In <http://www.publico.pt/Sociedade/as-gomas-sao-um-direito-sem-gomas-nada-feito-1514671>

## Depoimentos revelam a vida de risco dos polícias portugueses

14.07.2011 - 00:20 Por Tiago Pereira Carvalho | Sociedade

São dezassete os retratos e relatos na primeira pessoa de vidas em risco ou riscadas pela morte reunidos em "Polícias À Portuguesa – Take 2", livro publicado nesta quarta-feira, pela Babel. "Dar a palavra e a visibilidade" aos actores policiais e aos seus dramas pessoais e profissionais foi o motor do segundo volume de um projecto de "jornalismo cívico" liderado por Fernando Contumélias e Mário Contumélias.



O livro abre a porta do mundo dos polícias à sociedade, diz Fernando Negrão (Nuno Ferreira Santos (arquivo))

Um agente da PSP mordido no braço por um ex-autarca que se dirigiu à esquadra de Oeiras a gritar que não pagaria a coima e o reboque do carro mal estacionado pela filha. A irmã de um inspector da PJ atingido e morto por uma metralhadora *kalashnikov* que recebeu apoio psicológico apenas quatro anos depois do incidente fatal. Um inspector que afirma ter perdido as ilusões sobre a ética e a defesa da profissão, quando entrou há doze anos na judiciária, e já pensou em suicidar-se em momentos de maior aperto.

As "estórias" e as pessoas acima apresentadas não são ficcionais, embora pudessem figurar em "filmes de acção e emoção". Quem o afirma é Mário Contumélias, um dos autores do livro "Polícias À Portuguesa – Take 2", a sequência de uma saga iniciada há três anos. Se o "take 1" focava só os dramas da Polícia de Segurança Pública, o segundo é mais abrangente e vai buscar testemunhos de agentes das três forças de segurança – PSP, GNR e PJ – no activo, e de viúvas, familiares e amigos dos polícias que não puderam contar as suas histórias.

Confrontados com o número elevado de mortes de polícias – entre suicídios e mortes em exercício de funções –, o sociólogo Mário Contumélias e o empresário Fernando Contumélias, pai e filho, decidiram dar continuidade ao projecto de "jornalismo cívico, de proximidade" que iniciaram em 2008. Mário Contumélias, etno-sociólogo e ex-presidente do Sindicato de Jornalistas, admite que este livro vem colmatar uma lacuna aberta pelo jornalismo "que se institucionalizou e governamentalizou, que privilegia a propaganda à informação".

Outras razões motivaram esta nova investida nos meandros do meio policial: "A realidade não se alterou para melhor (desde o primeiro volume), a generalidade das hierarquias das polícias em Portugal continua a interagir mal e faltava dar uma dimensão humana aos problemas dentro delas", afirma ao PÚBLICO Mário Contumélias.

Em "Polícias À Portuguesa - Take 2", os autores desenvolveram tópicos mal explorados na imprensa generalista, recorrendo a fontes de instituições sindicais da PSP, GNR e PJ. Os sindicatos indicaram as pessoas que melhor poderiam falar de pressões, dramas e medos abafados no contexto laboral. Segundo Mário Contumélias, os "nomes fictícios" utilizados pelos agentes nos depoimentos são um exemplo dos limites de liberdade de expressão no seio das polícias nacionais.

Fernando Negrão, ex-director geral da PJ, que apresentou esta tarde o livro no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, atribuiu a esta colecção de entrevistas a virtude de "abrir a porta dos polícias [à sociedade civil], dando a oportunidade de se conhecer o seu interior". O actual deputado do PSD alertou para a situação de falta de protecção a que têm sido votadas as forças de segurança nacionais pela classe política.

Para o social-democrata, os problemas que o livro aborda devem estar na agenda política, entre os quais a unificação das polícias, uma proposta do PSD que foi travada nas negociações da coligação governamental pelo CDS, aquando da elaboração do programa do governo recentemente empossado.

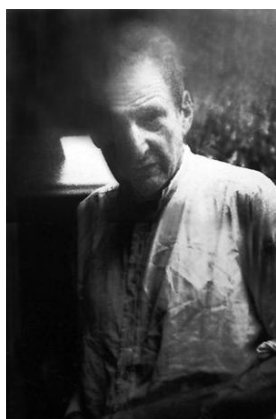
As condições de trabalho da PSP e da GNR – o equipamento, as esquadras e a formação de pessoal –, as deficiências na gestão e no acompanhamento de recursos humanos, a ineficiência na coordenação entre as três forças policiais, o mau acompanhamento psicológico e profissional de algumas hierarquias foram outras fragilidades que Fernando Negrão relembrou. "Não nos esqueçamos do homem e da mulher que estão dentro da farda que vestem", disse.

*In <http://www.publico.pt/Sociedade/depoimentos-revelam-a-vida-de-risco-dos-policias-portugueses-1502765>*

## Morreu Lucian Freud, o pintor do corpo e da carne

21.07.2011 - 21:03 Por Tiago Pereira Carvalho | Cultura

O pintor inglês Lucian Freud morreu esta quarta-feira à noite, aos 88 anos, em Londres. O artista plástico morreu na sequência de uma doença súbita, disse William Acquavella, das Acquavella Galleries, galerista de Freud, citado pelo *New York Times*. Neto do fundador da psicanálise, Lucian emigrou, com a família, da Alemanha para Inglaterra no início dos anos 30 para fugir ao regime nazi, tendo adquirido naturalidade britânica em 1939.



Ingressou no mundo da arte cedo, iniciando os estudos na Central School Of Art, em Londres, cidade onde morreu nesta quarta-feira à noite, aos 88 anos.

Lucian Freud aproximou-se, numa primeira fase, da estética do surrealismo, mas durante os anos 1950 muda de registo estilístico. Começa a pintura de retratos, geralmente de nus humanos acompanhados de objectos, recorrendo à técnica de impasto.

“Eu pinto as pessoas não pelo que elas parecem, não exactamente como elas são, mas como elas deviam ser”, disse o autor das pinturas “Naked Man With The Rat” e “After Cézanne”.

Vinculado a uma linguagem figurativa, centrada na representação do corpo humano, pintou familiares e amigos no seu atelier durante décadas. Numa entrevista por ocasião de uma exposição do pintor no Centro Georges Pompidou, em Paris, em 2010, Freud sublinhava a importância da confiança e da intimidade com os modelos e das atmosferas. Uma ideia que atravessou a sua carreira, a atender a uma entrevista datada de 1974: “Trabalho a partir das pessoas que me interessam e com as quais me preocupo, em espaços em que eu vivo e conheço”.

Num estudo sobre a cena artística londrina dos anos 60, o crítico de arte John Russell destacava na obra de Freud a relação entre o pintor e o corpo pintado, associando-a à “mais clássica relação do século XX, a do inquisidor e o inquirido”.

Lucian Freud preferia a designação de biólogo – a sua outra profissão – à de artista, ressaltando a sua distância dos pintores românticos e da própria herança da psicanálise, desenvolvida pelo avô Sigmund Freud. Ao longo de uma carreira de cerca de 60 anos, o artista concentrou-se na representação da fisionomia humana, relegando para segundo plano a psicologia.

“Eu quero que a pintura seja carne. Para mim o quadro é a pessoa”, disse em 2010, acrescentando que, embora apreciasse o orgânico, não lhe chegava reproduzi-lo. A “intensificação do real” foi o caminho que escolheu para pintar o “lado animal” do corpo humano.

Além do nu reflexivo – salientado numa exposição permanente de corpos obesos, desproporcionados e enrugados - que domina a obra do pintor, nascido em Berlim a 8 de Dezembro de 1922, o neto mais célebre de Sigmund Freud interessou-se ainda pela intertextualidade com pinturas de artistas como Cézanne, Watteau e Chardin, cujos quadros reinterpretou à sua maneira.

Em Portugal, "Naked Girl with Egg", uma obra da autoria do pintor britânico, pode ser vista, desde a passada sexta-feira, na Fundação EDP, no Porto, no âmbito da exposição “My Choice”, composta por obras da colecção do British Council seleccionadas por Paula Rego.

In [http://publico.pt/Cultura/morreu-lucian-freud-o-pintor-do-corpo-e-da-carne\\_1504155](http://publico.pt/Cultura/morreu-lucian-freud-o-pintor-do-corpo-e-da-carne_1504155)

## ***CIA tentou obter ADN da família de Bin Laden com falsa campanha de vacinação***

11.07.2011 - 23:19 Por Tiago Pereira Carvalho | Mundo

Os agentes da CIA que prepararam o raide que culminou na morte de Bin Laden, em Maio, no Paquistão, organizaram um falso plano de vacinação em Abbottabad, de modo a descobrir ADN da família do líder da Al-Qaeda. A informação é avançada esta segunda-feira pelo jornal *The Guardian*.



Bin Laden foi morto numa casa de Abbottabad a 2 de Maio (**Foto: Stringer/Reuters/arquivo**)

O diário britânico adianta que a CIA recrutou um médico paquistanês para levar a cabo uma falsa campanha de vacinação contra a hepatite B na cidade onde se julgava estar escondido o Bin Laden.

A notícia dá conta ainda de que esta campanha teve início em Março deste ano na zona mais pobre de Abbottabad, de modo a parecer mais autêntica, segundo declarações de oficiais e residentes locais do Paquistão e dos Estados Unidos àquele jornal.

De acordo com a investigação hoje publicada, o objectivo desta operação era obter amostras de ADN de membros da família de Bin Laden, com vista a compará-las com as amostras de uma irmã, que morreu em Boston, em 2010.

Shakil Afridi, o médico que alegadamente colaborou com os agentes da CIA, foi detido pelos serviços secretos do Paquistão, no âmbito de uma investigação para averiguar os contornos do raide que culminou na morte de Bin Laden em Abbottabad.

As autoridades paquistanesas recusaram-se a comentar oficialmente a detenção do



médico. No entanto, de acordo com o *Guardian*, um militar paquistanês de alta patente abordou o caso em jeito de pergunta retórica: «Que país não deteria alguém que colaborasse com um serviço de espionagem estrangeiro?»

Esta novidade é conhecida após o chefe do governo da Casa Branca, William Daley, ter admitido à televisão ABC que o raide que matou Osama Bin Laden deteriorou as relações entre Islamabad e Washington.

As autoridades paquistanesas interpretaram o raide como uma violação à soberania territorial do país e uma das consequências da operação secreta norte-americana foi a expulsão de conselheiros militares norte-americanos do país.

Também hoje o Comité Internacional da Cruz Vermelha veio alertar para o facto de a violência se ter agravado no Paquistão desde a morte de Bin Laden, tendo crescido o clima de suspeição em torno dos estrangeiros no país.

Até ao momento, a CIA recusou-se a comentar a notícia do *The Guardian*.

In [http://www.publico.pt/Mundo/cia-tentou-obter-adn-da-familia-de-bin-laden-com-falsa-campanha-de-vacinacao\\_1502401](http://www.publico.pt/Mundo/cia-tentou-obter-adn-da-familia-de-bin-laden-com-falsa-campanha-de-vacinacao_1502401)

*Continuação da “estória” em:*

[http://www.publico.pt/Mundo/estados-unidos-pressionam-paquistao-a-libertar-o-medico-shakil-afridi\\_1502564](http://www.publico.pt/Mundo/estados-unidos-pressionam-paquistao-a-libertar-o-medico-shakil-afridi_1502564)

### **Anexo III. 1 – Estatuto Editorial do PÚBLICO**

PÚBLICO é um projecto de informação em sintonia com o processo de mudanças tecnológicas e de civilização no espaço público contemporâneo.

PÚBLICO é um jornal diário de grande informação, orientado por critérios de rigor e criatividade editorial, sem qualquer dependência de ordem ideológica, política e económica.

PÚBLICO inscreve-se numa tradição europeia de jornalismo exigente e de qualidade, recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa.

PÚBLICO aposta numa informação diversificada, abrangendo os mais variados campos de actividade e correspondendo às motivações e interesses de um público plural.

PÚBLICO entende que as novas possibilidades técnicas de informação implicam um jornalismo eficaz, atractivo e imaginativo na sua permanente comunicação com os leitores.

PÚBLICO estabelece as suas opções editoriais sem hierarquias prévias entre os diversos sectores de actividade, numa constante disponibilidade para o estímulo dos acontecimentos e situações que, quotidianamente, são noticiados e comentados.

PÚBLICO considera que a existência de uma opinião pública informada, activa e interveniente é condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta, que não fixa fronteiras regionais, nacionais e culturais aos movimentos de comunicação e opinião.

PÚBLICO participa no debate das grandes questões que se colocam à sociedade portuguesa na perspectiva da construção do espaço europeu e de um novo quadro internacional de relações.

PÚBLICO é responsável apenas perante os leitores, numa relação rigorosa e transparente, autónoma do poder político e independente de poderes particulares.

PÚBLICO reconhece como seu único limite o espaço privado dos cidadãos e tem como limiar de existência a sua credibilidade pública.

## **Anexo III. 2 – Estatuto Editorial do PÚBLICO.PT**

PÚBLICO.PT é um sítio de informação na Internet que herda e adopta como sua principal referência os princípios editoriais e a cultura de rigor jornalístico e inovação da sua empresa-mãe, o jornal PÚBLICO.

PÚBLICO.PT orienta a sua actividade informativa por critérios de rigor, independência, clareza e criatividade editorial.

PÚBLICO.PT inscreve-se numa tradição europeia de jornalismo exigente e de qualidade, recusando o sensacionalismo e a exploração mercantil da matéria informativa e visando uma informação eficaz, atractiva e imaginativa.

PÚBLICO.PT aposta numa informação plural, que cubra os mais variados campos de actividade e que ofereça diferentes perspectivas da realidade, visando contribuir para a compreensão de um mundo de complexidade crescente e corresponder às motivações, interesses e necessidades de públicos diversos.

PÚBLICO.PT estabelece as suas opções editoriais sem hierarquias prévias entre os diversos sectores de actividade, numa constante disponibilidade para o estímulo dos acontecimentos e situações que, quotidianamente, são noticiados e comentados.

PÚBLICO.PT considera que a existência de uma opinião pública informada, activa e interveniente é condição fundamental da democracia e da dinâmica de uma sociedade aberta, que não fixa fronteiras regionais, nacionais e culturais aos movimentos de comunicação e opinião.

PÚBLICO.PT considera como condições essenciais para a formação de uma opinião pública e para a sua mobilização não só a existência de uma informação rigorosa e isenta, mas também a exposição, encontro e discussão de diferentes opiniões.

PÚBLICO.PT participa no debate das grandes questões que se colocam à sociedade portuguesa na perspectiva da construção do espaço europeu e de um novo quadro internacional de relações.

PÚBLICO.PT recorre às novas possibilidades técnicas que se oferecem à informação, quer no domínio da produção de informação quer no da sua distribuição, explorando as capacidades de permanente comunicação e interacção com os seus leitores.

PÚBLICO.PT é responsável apenas perante os leitores, numa relação rigorosa e transparente, autónoma dos poderes políticos, económicos ou religiosos e independente de poderes particulares.

PÚBLICO.PT reconhece como seu único limite o espaço privado dos cidadãos e tem como limiar de existência a sua credibilidade pública.

